



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 4 DE ABRIL DE 2023

ATA Nº. 9 / 2023

#### ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
  - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.2. VOTO DE PESAR POR FARZANA SADRU DIN E MARIANA JADAUGY, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA AMO
    - 3.2.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
    - 3.2.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
    - 3.2.3. SRª. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
    - 3.2.4. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
    - 3.2.5. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
    - 3.2.6. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
    - 3.2.7. SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
    - 3.2.8. VOTAÇÃO
    - 3.2.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
    - 3.2.10. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “MELHOR ATIVIDADE FÍSICA – MELHOR SAÚDE”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
    - 3.3.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
    - 3.3.2. SRª. DEPUTADA BÁRBARA SILVA (PRESIDENTE DA J.F. BARCARENA)

- 3.3.3. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.3.4. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.3.5. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.3.6. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.3.7. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA BÁRBARA SILVA (PRESIDENTE DA J.F. BARCARENA)
- 3.3.8. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.3.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.10. VOTAÇÃO
- 3.3.10.1. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M. - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3.10.2. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.3.10.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3.10.4. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.5. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.6. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.7. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÍLVIA SANTOS (PS)
- 3.7.1. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.8. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.8.1. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.8.2. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.9. SR. DEPUTADO ANTÓNIO COIMBRA (CDU)
- 3.10. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.11. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.12. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.13. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.14. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.15. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.16. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.17. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.18. APROVAÇÃO DE ATAS
- 3.18.1. ATA DA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A CATORZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO SETE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
- 3.18.1.1. VOTAÇÃO
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 208/2023 – DTGE – RELATIVA AO FESTIVAL PANDA - APOIO LOGÍSTICO, FINANCEIRO E ISENÇÃO DE TAXAS
- 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.1.1.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO COIMBRA (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.1.1.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 209/2023 – DTGE – RELATIVA AO FESTIVAL JARDINS DO MARQUÊS - APOIO LOGÍSTICO, FINANCEIRO E ISENÇÃO DE TAXAS
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.2.2. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD) - PONTO DE ORDEM À MESA
- 4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 225/2023 – DTGE – RELATIVA AO FESTIVAL OUT JAZZ 2023 - PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO, FINANCEIRO E ISENÇÃO DE TAXAS
- 4.3.1. VOTAÇÃO

4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 226/2023 – UPAG –  
RELATIVA À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS AOS OPERADORES DO  
MERCADO DE ALGÉS

4.4.1. VOTAÇÃO

4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 220/2023 – DP – RELATIVA  
À ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE UM PRÉDIO SITO EM PAÇO DE ARCOS,  
EX- CNP - ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO N.º 440/2022, DE 25 DE MAIO

4.5.1. VOTAÇÃO

4.5.1.1. SR.ª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.5.1.2. SR.ª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR.ª. PRESIDENTE DA A.M

5.2. SR. JOÃO PAULO SARAIVA, TÉCNICO DE PROTEÇÃO CIVIL

6. SR.ª. PRESIDENTE DA A.M.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <u>unanimidade</u>			
<u>04-05-2023</u>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	3		
PSD	3		
EO	3		
CDU	3		
IL	3		
CH	3		
PAH	3		
INNOVAR ALGÉS	1		
INNOVAR BARCARENA	1		
INNOVAR CARNAXIDE QUEIJAS	1		
INNOVAR OEIRAS BAÇO DE ARCOS CARXIS	1		
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 04 DE ABRIL DE 2023

----- ATA Nº. 9 / 2023 -----

----- Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de

Vasconcelos Cardoso Pereira, António Fazenda Coimbra, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária. -----

-----Faltou a Senhora Deputada Diana Leonor Alves Gonçalves, tendo a Mesa justificado a respetiva falta.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

## **2. ORDEM DE TRABALHOS** -----

-----Foi estabelecida para a presente Sessão a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 208/2023 – DTGE – relativa ao Festival Panda - Apoio logístico, financeiro e isenção de taxas;-----
2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 209/2023 – DTGE – relativa ao Festival Jardins do Marquês - Apoio logístico, financeiro e isenção de taxas;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 220/2023 – DP – relativa à Alienação em hasta pública de um prédio sito em Paço de Arcos, Ex- CNP - Alteração à Deliberação N.º 440/2022, de 25 de maio;-----

4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 225/2023 – DTGE – relativa ao Festival Out Jazz 2023 - Pedido de apoio logístico, financeiro e isenção de taxas;-----

5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 226/2023 – UPAG – relativa à Isenção do pagamento de taxas aos operadores do Mercado de Algés.-----

### **3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**3.1. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Bem, em primeiro lugar os Senhores encontraram nos vossos lugares, estes dois documentos que vieram da CPCJ, pelos nossos representantes, sobre este mês, o mês dos maus tratos na infância. -----

----- Eu pedi para distribuírem por todos. -----

----- Muito obrigada à Senhora Deputada Fátima Felipe (PS), que enviou e também à Junta de Freguesia de Oeiras, uma trouxe um, outra enviou o outro, de qualquer modo os dois vêm da CPCJ e é importante para nós tomarmos conhecimento, das atividades que vão ocorrer durante o mês de abril.” -----

### **3.2. VOTO DE PESAR POR FARZANA SADRUDIN E MARIANA JADAUGY, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA AMO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “No passado dia vinte e nove de março o país foi confrontado com o brutal homicídio de duas mulheres Farzana Sadrudin e Mariana Jadaugy que se encontravam no exercício das suas funções sociais e humanitárias, no Centro Ismaili, em Lisboa. -----

-----Ao que tudo indica, tratou-se de um ato de violência em contexto psicológico, pessoal e familiar, perpetrado por Abdul Bashir que frequentava o Centro Ismaili no âmbito de aprendizagem de língua portuguesa e de apoio à sua integração na sociedade portuguesa. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na Sessão Extraordinária a quatro de abril de dois mil e vinte e três, delibera: -----

-----Manifestar o seu maior repúdio por este ato bárbaro que nada pode justificar, e que, infelizmente no contexto em foi exercido, foi, é e continua a ser em Portugal, um dos grandes flagelos de violência contra as mulheres. -----

-----Manifestar o seu pesar às famílias enlutadas de Farzana Sadrudin e Mariana Jadaugy e a toda a comunidade ismaelita e ao Centro Ismaili de Lisboa, pela tragédia ocorrida no seu seio.

-----Louvar o extraordinário trabalho da honrosa comunidade portuguesa ismaelita e do seu líder espiritual o Príncipe Aga Khan. -----

-----Repudiar firmemente as reações extremistas, racistas e xenófobas protagonizadas pela extrema-direita que visam a divisão dos portugueses, a promoção do ódio, a exploração do medo e do preconceito como ativismo de exclusão e do racismo contra imigrantes e / ou refugiados. ---

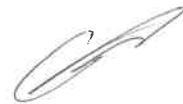
-----Guardar respeitosamente um minuto de silêncio, transmitindo aos familiares e amigos das vítimas os seus sentidos pêsames. -----

-----O presente Voto de Pesar deve ser remetido às famílias enlutadas, ao Centro Ismaili de Lisboa e à Fundação Aga Khan, bem como deve ser publicado no sítio da Assembleia Municipal, e publicado em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

**3.2.1. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----**

-----“Com todo o respeito, a nossa solidariedade para as pessoas que faleceram, sendo que o Partido Chega, até mandou rezar uma missa, que é mais útil do que trazermos esta questão para a Assembleia, que é puro protagonismo político. Agora, eu não quero deixar de mencionar, que fica tão mal essa questão do ódio, do racismo e da xenofobia que sinceramente chega a ser ridículo.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Contudo, como são duas almas que partiram e nós temos muito respeito, iremos logicamente também, nos juntar à iniciativa.”-----

**3.2.2. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----**

----- “Pedi a palavra apenas para solicitar ao Grupo Parlamentar do PS, que nos permita associar a este Voto de Pesar. E se em nome do grupo, já tinha tomado esta decisão, com maior entusiasmo o faço agora, depois de ter ouvido as palavras (eu não gostaria de utilizar uma palavra muito forte, mas não me ocorre outra), obscenas, que aqui foram pronunciadas pelo Senhor Deputado do Chega, que de alguma forma reportam para as posições que o Partido tomou, na pessoa do seu Presidente máximo.-----

----- Portanto, pedir ao PS para nos associarmos a este voto.”-----

**3.2.3. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte intervenção: -----**

----- “Eu gostaria, também, só de solicitar ao Grupo Municipal do Partido Socialista, a associação a este voto, por parte da Iniciativa Liberal, se concordarem”-----

**3.2.4. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----**

----- “Naturalmente que o Partido Socialista, subscreve este sentimento com todos aqueles que estiverem dispostos a unir-se a este voto e que estejam de boa vontade.”-----

**3.2.5. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:-----**

----- “Apenas para manifestar a mesma intenção, caso o Grupo Municipal do Partido Socialista, concorde, de nos associarmos também a este voto. Talvez se justifique ser um voto geral.”-----

**3.2.6. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção:-----**

----- “Era também para nos associarmos a este voto.”-----

**3.2.7. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:-----**

----- “Senhora Presidente, eu acho que a aprovação deste voto, aqui proposto pelo PS hoje, traduz a vontade daqueles, que naturalmente, o irão votar, de o subscrever e de o entender como

pertinente, na apresentação, hoje aqui nesta Assembleia.-----

-----Dizer que, todos os crimes, independentemente das razões que lhe estão subjacentes, significam sempre a perda de vidas humanas e desgostos nas vida dos familiares e amigos, que sobrevivem (às vezes com muita dificuldade) a estas tragédias.-----

-----Portanto, dizer que (penso que é unânime), a subscrição deste voto traduz a vontade de todos os Deputados aqui presentes, em subscrevê-lo e em lhe dar o devido seguimento.” -----

### **3.2.8. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. --- -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 42/2023** -----

----- **VOTO DE PESAR POR FARZANA SADRUDIN E MARIANA JADAUGY, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA AMO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar por Farzana Sadrudin e Mariana Jaudaugy: -----

----- Manifestando o seu maior repúdio por este ato bárbaro que nada pode justificar, e que, infelizmente no contexto em foi exercido, foi, é e continua a ser em Portugal, um dos grandes flagelos de violência contra as mulheres,-----

----- - Manifestando o seu pesar às famílias enlutadas de Farzana Sadrudin e Mariana Jadaugy e a toda a comunidade ismaelita e ao Centro Ismaili de Lisboa, pela tragédia ocorrida no seu seio.--- -----

----- Louvando o extraordinário trabalho da honrosa comunidade portuguesa ismaelita e do seu líder espiritual o Príncipe Aga Khan;-----

----- Repudiando firmemente as reações extremistas, racistas e xenófobas protagonizadas pela extrema-direita que visam a divisão dos portugueses, a promoção do ódio, a exploração do medo e do preconceito como ativismo de exclusão e do racismo contra imigrantes e / ou refugiados, bem como guardar respeitosamente um minuto de silêncio, transmitindo aos familiares e amigos das vítimas os seus sentidos pêsames. -----

-----Este Voto de Pesar deve ser remetido às famílias enlutadas, ao Centro Ismaili de Lisboa e à Fundação Aga Khan, bem como deve ser publicado no sítio da Assembleia Municipal, e publicado em pelo menos um jornal de dimensão nacional. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**3.2.9. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:** -----

-----“Dizer apenas, que o Executivo Municipal associa-se a este Voto de Pesar e às palavras que quase toda esta Assembleia Municipal dirigiu sobre o mesmo, e sobre o triste crime da passada semana, na certeza que toda a vida humana é irredutível e é uma perda para todos nós.”-----

-----**Foi feito um minuto de silêncio em memória de Farzana Sadrudin e Mariana Jadaugy.** -- -----

**3.2.10. A Senhora Presidente da A.M. disse ainda o seguinte:** -----

-----“Temos também uma Proposta de Recomendação...Eu esqueci-me de pôr à votação a ata, antes destas propostas. Portanto, a seguir irei pôr à votação a ata.”-----

**3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “MELHOR ATIVIDADE FÍSICA – MELHOR SAÚDE”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Assinala-se a seis de abril o Dia Mundial da Atividade Física, celebrado em mais de cento e vinte países. É uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e nasceu como forma de luta contra o sedentarismo, um dos principais fatores de risco de morte em todo o mundo.

----- Esta data pretende promover a prática da atividade física, assim como sublinhar os benefícios da realização regular de exercício físico. A organização estima que a inatividade física seja responsável por mais de três milhões de óbitos por ano. -----

----- Assinala-se ainda a sete de abril o Dia Mundial da Saúde, também celebrado anualmente e que assinala o aniversário de fundação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em mil novecentos e quarenta e oito.-----

----- Está provado que fazer do exercício físico um hábito, em todas as idades, é sinal de mais saúde e longevidade. -----

----- Assim, é aconselhável desenvolver um conjunto de estratégias simples, seja em casa, no trabalho ou em períodos de lazer, que possam ajudar a integrar a atividade física na rotina. Pequenas mudanças no nosso dia a dia que sendo implementadas melhoram a nossa qualidade de vida: -----

----- Usar escadas em vez do elevador;-----

----- Fazer caminhadas e usar a bicicleta; -----

----- Usar um pedómetro e desafiar-se a si próprio com novas metas;-----

----- Utilizar os primeiros dez minutos do dia para exercício; -----

----- Fazer jardinagem etc.-----

----- Considerando que: -----

----- A recomendação da OMS é que os jovens de cinco a dezassete anos devem acumular ao menos sessenta minutos diários de atividade física de intensidade moderada a alta.-----

----- Que para os adultos na faixa dos dezoito aos sessenta e quatro, a atividade física deve inclui atividades de lazer e de locomoção como passeios e atividades como caminhar ou pedalar

além de atividades ocupacionais, tarefas domésticas, jogos etc.-----

-----Para os adultos com sessenta e cinco anos ou mais, as atividades físicas devem incluir atividades de lazer como caminhadas, dança, jardinagem de preferência na companhia da família, dos amigos ou de grupos comunitários. -----

-----No Plano Local de Saúde está identificado o top cinco dos problemas de saúde em Oeiras, por ordem: Ansiedade e Depressão, Diabetes, Dislipidemia (níveis anómalos de lípidos no sangue), Excesso de Peso e Obesidade. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária oito de dois mil e vinte e três, de quatro de abril de dois mil e vinte e três delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

-----Um - Assinale anualmente o Dia Mundial da Atividade Física promovendo atividades ao ar livre, fechando a Marginal para atividades físicas diversificadas para as várias faixas etárias, no domingo mais próximo da data a assinalar; -----

-----Dois - No dia seis de abril de cada ano, passe a promover em cada Freguesia a hora ativa à semelhança de outros Concelhos vizinhos que já dinamizam atividades neste dia nas suas várias freguesias;-----

-----Três - Dinamize campanhas de sensibilização através de feiras de saúde e rastreios às doenças que mais afetam a população de Oeiras e que estão devidamente identificadas no Plano Local de Saúde de Oeiras.”-----

**3.3.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Nós entendemos que esta iniciativa e esta proposta do Evoluir é compreensível, só que tem um pequeno problema, o Evoluir esqueceu-se que a Câmara de Oeiras já desenvolve, praticamente, todas estas iniciativas (e muitas mais do que aquilo que é proposto), no âmbito da atividade desportiva.” -----

**3.3.2. A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena) referiu o seguinte:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Em relação às caminhadas, a Junta de Barcarena (e os meus colegas), nós promovemos várias caminhadas ao longo do ano, na nossa Junta. Desde já convido todos, para dia vinte e quatro, às vinte e trinta, vamos ter uma caminhada pela nossa Freguesia, com lanternas oferecidas pela Câmara Municipal de Oeiras (cerca de duzentas), para iluminar o nosso vinte e cinco de abril. Ficam todos convidados.-----

----- E acho que deve haver aqui algum equívoco ou falta de informação, talvez da Junta, vou melhorar com certeza isso, mas as caminhadas já existem e com muita regularidade.”-----

**3.3.3. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:-----**

----- “De facto, há algumas das questões que são aqui trazidas, pelo Grupo Evoluir Oeiras, que me parece já acontecerem no nosso Município.-----

----- Acontece que, aquilo que é proposto são coisas mais concretas, é definir com maior regularidade alguns acontecimentos que poderão promover atividades, que mais não são do que formas de incentivarmos a saúde dos nossos munícipes.-----

----- Para o PSD, festejar-se o dia ou celebrar-se o dia Mundial da Atividade Física, nada temos relativamente a isso, nada temos contra, efetivamente, esta Proposta.-----

----- Quanto à “hora ativa”, desenvolvida ou organizada pelas Juntas de Freguesia, independentemente da intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, não me parece que haja qualquer problema, ou seja, incentivar a uma rotina diária de caminhadas parece-me muito bem.-----

----- Relativamente aos rastreios, eu não sei se será da competência do próprio Município, organizar ou trazer, estas iniciativas ao Concelho. Eu penso que há instituições, a quem cabe esta promoção, e, portanto, gostaríamos de ouvir o Senhor Presidente (sabemos que estes rastreios são feitos de quando em quando, um pouco por todas as freguesias do nosso Concelho), no sentido de nos elucidar relativamente a esta terceira medida, que faz parte destas recomendações à Câmara Municipal. A partir daí tomaremos a nossa posição relativamente à Proposta que aqui vem hoje.”

**3.3.4. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Parece-me que esta recomendação é genericamente interessante, embora reconhecendo que há muitas atividades físicas no Concelho, no dia dezasseis, por exemplo, vai haver o Trigésimo Oitavo Triatlo da Marginal. Mas também me recordo que em tempos, aqui numa discussão desta Assembleia, a propósito da Marginal Sem Carros, foi referido que...O Senhor Presidente disse que por vontade dele, todos os meses haveria um fim-de-semana, em que a Marginal estivesse liberta, para que os cidadãos de Oeiras (e não só), pudessem fruir desse tempo e dessa ambiência. -----

-----Não vejo mal nenhum, pelo contrário, acho que até era interessante que Oeiras fomentasse ainda mais, a utilização da Marginal para a atividade física dos cidadãos. -----

-----Relativamente à questão dos rastreios, acho que a redação não está suficientemente taxativa para não permitir que abarque todo um conjunto de hipóteses, nomeadamente, as parcerias com outras entidades. -----

-----Portanto, o Partido Socialista vota, naturalmente, a favor.”-----

**3.3.5. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----**

-----“Sobre este assunto, eu julgo que o Evoluir não está devidamente informado das atividades e programas, que o desporto tem em Oeiras, e a Câmara de Oeiras já o executa.-----

-----Eu quero lembrar, que entre as atividades e programas temos:-----

-----Os Jogos de Oeiras, que são em todas as freguesias e em todas as modalidades (são não sei quantas por ano, não é por mês, são várias por mês); -----

-----Temos o troféu CMO, corrida das localidades; -----

-----Temos o programa Fit Sénior;-----

-----Temos o programa Mexa-se Mais (que é o ano inteiro); -----

-----O programa de educação física, do primeiro ciclo;-----

-----O programa do Ar Livre;-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O programa Espírito Desportivo;-----  
----- O programa Equilibra-se.-----  
----- Em termos de evento temos:-----  
----- A Corrida do Tejo, que na última vez, foram só dez mil atletas e não eram mais porque fecharam, não cabiam mais na Marginal;-----  
----- Temos a Marginal à Noite;-----  
----- Temos o Triatlo de Oeiras;-----  
----- Temos a Travessia Bessone Basto;-----  
----- Temos o Mexa-se na Marginal;-----  
----- Temos a Marginal sem Carros...-----  
----- Quem ouvir essa Noção, dá ideia que a Câmara de Oeiras e o desporto, fazem uma coisa por ano. Não têm é mais domingos para fazerem mais coisas. É preciso é estarem atentos e verem aquilo que eu estou a dizer.”-----

**3.3.6. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte:-----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras apresentou, hoje alhos, e eu queria agradecer à Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), a extensa lista de bugalhos, que nos ofereceu em resposta, porque nenhuma das iniciativas que ela elencou é realizada nos dias que nós propomos aqui assinalar. Ainda por cima sendo atividades que são similares, mais nos ajuda, o Município já está habituado a organizá-las, certamente não terá dificuldade absolutamente nenhuma, em assinalar mais dois dias, que aparentemente são de reconhecida importância (isso pareceu-me unânime), com atividades do mesmo género.-----

----- Parece-me tudo bastante simples de executar, bastante natural e esperamos assim ver a nossa Proposta aprovada, já que não vai contra, absolutamente nada, daquilo que tem sido a prática do Município de Oeiras e deste Executivo, em relação a estas atividades.”-----

**3.3.7. A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** referiu o seguinte:

-----“Há pouco deixei passar, porque não sabia se conseguia abrir aqui no computador, a Junta de Freguesia de Barcarena, este mês é o da saúde e bem-estar. Durante o mês todo, com a colaboração de várias coletividades da freguesia, temos eventos de desporto, de rastreios com a Universidade Atlântica, portanto, convido todos a verem a nossa programação, que é diária (só não está dia sete, oito e nove)...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inadiável o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** retomou a sua intervenção dizendo: -----

-----“...se calhar queriam atividades na Páscoa, podem ir correr comigo para a Marginal, que eu posso ir convosco.-----

-----Em relação aos restantes, tenho aqui um programa que convido a todos.-----

-----A preocupação em relação à saúde não é a partir de hoje, já existe, já está aqui e já iniciou a atividade ontem.” -----

**3.3.8. A Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

-----Senhor Vice-Presidente, quer o Senhor usar da palavra?-----

-----Eu não quero fazer comentários, mas...” -----

**3.3.9. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Eu quero começar por agradecer os elogios do Grupo Político do Bloco de Esquerda, Livre e do Volt, porque quando a oposição se faz com uma Proposta de Recomendação para comemorar o dia seis de abril, como Dia Internacional da Atividade Física, é sinal que está quase tudo bem feito. -----

-----Senhores Deputados, não fiquem zangados com o Grupo Político do Bloco de Esquerda, Volt e do Livre porque é sinal que pouco mais sobra, é sinal que estamos a governar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bem, porque as propostas são para comemorarmos o Dia da Atividade Física. -----

----- Se eu tivesse o sentido de humor da Iniciativa Liberal dizia (é demasiado divertido para não dizer isto), “arroz, arroz e mais arroz”, é o que nos trazem aqui. O que nos trouxeram aqui hoje é uma Proposta de Recomendação a “chover no molhado”. Nós temos o programa de atividade física regular, que é conhecido, de abertura à sociedade civil, da experimentação para os jovens, experimentação para a terceira idade, fechamos regularmente a Marginal, para as pessoas caminharem no betuminoso da Marginal, várias vezes. Vossa Excelência se passasse mais tempo aqui e menos zangado com o mundo, perceberia a qualidade de vida de que os oeirenses usufruem. Naturalmente que a Proposta é inócua, é “chover no molhado”. Se querem que nós comemoremos mais um dia? Nós comemoramos mais um dia. Que se faça mais atividade física? Faz-se mais atividade física (fazemo-la todos os dias).-----

----- Essa dos rastreios é mesmo de quem não frequenta muito o Concelho de Oeiras, porque basta ir a qualquer destas iniciativas ao fim-de-semana, que há rastreios por tudo quanto é sitio. Como disse a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), é regular, nós encontramos os rastreios.

----- Se me permitem (quem sou eu para dar conselhos a alguém), uma vez que Vossas Excelências foram eleitas no Concelho de Oeiras, conheçam um bocadinho mais o Concelho, porque Vossas Excelências falam, regularmente, de um Concelho que não conhecem, vocês não falam do Concelho que existe, costumam falar de uma fabulação qualquer, que não existe, esta é mais uma.- -----

----- Todas as iniciativas positivas são boas. Se é para fazer mais um dia de exercício físico, fazemos mais um dia de exercício físico.-----

----- Fico muito contente por Vossas Excelências, terem passado a dedicar-se a esta causa. E Senhora Presidente, permita-me novamente, que agradeça os elogios de um Grupo Político de oposição, cuja Proposta de Recomendação é para comemorarmos o Dia Internacional do Exercício Físico.”-----

### **3.3.10. VOTAÇÃO** -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo nove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e João Carlos Macedo Viegas), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal ( Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco José O'Neill da Silva Marques) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com seis votos contra, sendo quatro do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Maria Carolina Candeias Tomé), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com seis abstenções, sendo quatro do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Rita Martins Caro e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva). -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 43/2023** -----

### **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – “MELHOR ATIVIDADE FÍSICA – MELHOR SAÚDE”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo nove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com seis votos contra, sendo quatro do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com seis abstenções, sendo quatro do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, uma do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e uma do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

----- Um – Assinale anualmente o Dia Mundial da Atividade Física promovendo atividades ao ar livre, fechando a Marginal para atividades físicas diversificadas para as várias faixas etárias, no domingo mais próximo da data a assinalar; -----

----- Dois – No dia seis de abril de cada ano, passe a promover em cada Freguesia a hora ativa à semelhança de outros Concelhos vizinhos que já dinamizam atividades neste dia nas suas várias freguesias. -----

----- Três – Dinamize campanhas de sensibilização através de feiras de saúde e rastreios às doenças que mais afetam a população de Oeiras e que estão devidamente identificadas no Plano Local de Saúde de Oeiras. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**3.3.10.1. A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte Declaração de Voto:**-----

-----“Eu votei contra esta Proposta, não porque esteja contra a atividade física e aquilo que aqui está proposto, mas porque tudo isto faz parte do programa de atividade física da Câmara há bastantes anos. Por isso é repetitivo, é estarmos a propor aquilo que já existe.” -----

**3.3.10.2. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:** -----

-----“Subscrovo as palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inadiável o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:**-----

-----“O resultado são: vinte e dois votos a favor, seis contra e seis abstenções...” -----

**3.3.10.3. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte Declaração de Voto:** ----

-----“Posso fazer extensiva aos membros do Grupo que votaram positivamente esta Proposta e que o teor é praticamente o mesmo que a Senhora Presidente disse. Mas aquilo que nós pensamos é: como pensamos exatamente a mesma coisa, não podíamos deixar de apoiar esta Proposta, porque ela é aquilo que a Câmara Municipal faz e sendo aquilo que a Câmara Municipal faz e concordando nós com aquilo que a Câmara Municipal faz, não podíamos estar contra o texto desta Moção e daí o sentido do voto positivo que tivemos perante isto.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:**-----

-----“Devo corrigir: são vinte e quatro votos a favor, seis votos contra e seis abstenções.”

**3.3.10.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:**

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras, apresentou e votou a favor desta Proposta e teve o cuidado de ir verificar (porque conhecemos o Município e também conhecemos as atividades e conhecemos o plano local de saúde, todas essas coisas, não é só dizer que se conhece ou não), em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relação aos rastreios, não é feito rastreio a nenhuma das doenças que estão no top cinco que afetam os oeirenses, da mesma forma que nestes dias e no próximo fim de semana, também não estão agendadas atividades que sejam destas áreas, da saúde e da atividade física, atividade desportiva. Tal e qual, como no fim de semana anterior também não ocorreu e, por exemplo, no Município de Cascais tivemos a Marginal fechada para a comemoração destes dias.”-----

**3.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----**

----- “Faz hoje trinta e um anos, que o Capitão Salgueiro Maia nos abandonou. -----

----- Invoco hoje, aqui a sua memória, pela importância que a sua coragem representou no vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Quando muitos dos nossos jovens ignoram, totalmente, os factos mais relevantes da história portuguesa, dos tempos mais recentes, factos esses que de alguma forma determinaram a sua forma de vida, é importante lembrar aqueles a quem tanto devemos. Por esse facto é que eu recordo essa figura ímpar do vinte e cinco de abril, como Capitão de Abril.-----

----- Foi ontem apresentado no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, em Carnaxide, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano de Acessibilidade do Município de Oeiras, com a presença do nosso Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, da Senhora Vereadora Joana Baptista (responsável pelo pelouro da Mobilidade Urbana no Concelho) e pelos redatores dos planos, Professores Fernando Nunes da Silva, João Figueira de Sousa e Maria João Silveira. -----

----- O Plano foi apresentado como o culminar de um longo processo que implicou, um aprofundado estudo geográfico das características físicas do território Municipal, ao longo dos seus quarenta e sei quilómetros, marcados pelas bacias hidrográficas, das nossas cinco linhas de água, pelo ritmo dos movimentos da nossa comunidade, composta por cerca de cento e setenta e dois mil habitantes, sessenta e dois por cento dos quais residem a sul da Acinco, um dos eixos viários que com a CREL definem e estruturam, todas as movimentações dentro do Concelho de Oeiras. -----

-----Tratando-se de planos a dez anos, houve naturalmente a necessidade de antecipar (tanto quanto possível tecnicamente fazê-lo) as necessidades e características, que prospectivamente, então venham a verificar-se.-----

-----Paralelamente foi realizado um inquérito, que envolveu quatro mil trezentas e vinte e quatro pessoas, com o objetivo de definir uma melhor caracterização e poder definir o modelo. Foi possível apurar que se realizam cerca de duzentas e noventa e sete mil e quinhentas viagens diárias, das quais cento e quarenta mil e quinhentas, ocorrem exclusivamente, no interior dos limites do Concelho, sendo as restantes deslocações intermunicipais, sessenta e seis por cento das quais têm Lisboa como destino.-----

-----Nestas deslocações, embora o transporte individual em automóvel continue a ser rei (representando quarenta e cinco por cento do total), o transporte coletivo, assume já, trinta e um por cento e as deslocações a pé vinte por cento do total. -----

-----Só com a realização de um estudo aprofundado como este, nas suas diversas valências, é possível definir um ecossistema de mobilidade e estabelecer um plano que permita garantir a realização de um conjunto de intervenções e a criação de serviços que se traduzam na melhoria do sistema de transportes e mobilidade em Oeiras, oferecendo ainda melhores condições de vida a quantos vivem, trabalham ou estudam no nosso Concelho. -----

-----Importa clarificar, que no momento atual não é possível definir um ecossistema sem carros. Essa ideia peregrina, reside apenas em quem tem da realidade uma concessão utópica, eventualmente em impor de forma autoritária, contra a vontade maioritária dos cidadãos. A realidade, aquela que resulta de uma simples observação e análises empíricas, exige uma visão integrada numa harmoniosa articulação de todos os meios de transporte. -----

-----É dentro deste modelo, que encontram justificação, para alguns dos projetos assumidos por este Município, como as variantes a norte e a sul da Acinco e a variante distribuidora de Porto Salvo, que importa implantar no terreno com a maior brevidade possível. Naturalmente, este





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

modelo exige uma profunda alteração da postura de algumas empresas com o Município de Oeiras, refiro-me concretamente à Brisa e à Infraestruturas de Portugal, com as quais tem sido extremamente difícil estabelecer protocolos, que solucionem os principais estrangulamentos nos acessos à estrada Marginal e à Acinco, nomeadamente no que diz respeito ao nó de Oeiras, permitindo a entrada direta, com os que provindo do Tagus Park, pretendam seguir em direção a Lisboa. Mas também, só para dar mais um exemplo, a faixa Bus na Acinco, que permitiria aumentar significativamente a velocidade média do transporte coletivo. Trata-se da lógica do tão português “poderinho na minha quinta”, que de forma alguma é aceitável e muito menos hoje, é compreensível.-----

----- Os eixos de transporte público, de elevada capacidade, assumem neste plano um papel fundamental, sejam o elétrico rápido, que ligará os Concelhos de Loures, Lisboa e Oeiras, o BRT sistema de autocarros elétricos em sitio próprio, unindo Oeiras, Lisboa e a Amadora ( cujo o traçado se encontra em estudo), ou seja ainda o SATU, cuja a reativação e a expansão se encontra em estudo, sendo lançado o estudo de viabilidade do traçado final, unindo Oeiras à linha de Sintra, servindo os polos empresariais e habitacionais ao longo do seu trajeto.-----

----- Mais e melhor estacionamento, são também necessidades imperiosas para melhor conforto e segurança dos oeirenses, o que justifica a continuação da aposta nestas iniciativas. ----

----- A mobilidade suave, exige também uma rede de vias cicláveis, articulada com a rede de transporte público e unindo as várias centralidades do Concelho. Aos dezassete quilómetros já concluídos, juntar-se-ão muito brevemente mais trinta, atualmente em projeto aos quais se adicionarão os respetivos serviços de Bike Sharing.-----

----- A circulação pedestre merece uma especial atenção, com a melhoria dos nossos passeios, a criação de zonas trinta ou de coexistência e a instalação de pavimentos mais confortáveis e seguros. -----

----- A aposta na utilização de veículos elétricos, é outro dos vetores deste plano. Com a

instalação de mais três centenas de postos de carregamento, a adicionar aos cerca de sessenta já instalados, equiparando-nos à média das maiores cidades europeias, também assim Oeiras reage e se adapta às alterações climáticas. Trata-se de planos envolvendo várias entidades públicas/privadas que pretendem revolucionar a mobilidade no Concelho, potenciando a utilização do transporte público e da mobilidade suave, em detrimento do individual, contribuindo para a diminuição, em vinte por cento, da emissão de gases com efeito de estufa, favorecendo a fruição do espaço municipal e assim tornar mais agradável, seguro e sustentável, viver em Oeiras.-----

-----Assim se prossegue o caminho da inovação de Oeiras, com ponderação, com estudos, cientes de quem tem pressa de mais arrisca-se a cumprir o adágio popular, de que “cadelas apressadas, geralmente acabam por parir cachorros cegos”.-----

**3.5. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Em Oeiras temos um associativismo desportivo extraordinário. São cerca de oitenta coletividades, do nosso Concelho, que disponibilizam diariamente sessenta e duas modalidades desportivas e que são praticadas por cerca de dezoito mil praticantes regulares (é obra meus Senhores).-----

-----A Gala do Desporto de Oeiras dois mil e vinte e três, premiou os atletas que alcançaram pódios nacionais e internacionais nas diversas modalidades. Foram duzentos e dezanove títulos, alcançados por duzentos e dezoito atletas, em representação de vinte clubes, eu posso repetir, duzentos e dezanove títulos nacionais e internacionais a nível do desporto, este ano, alcançados por duzentos e dezoito atletas.-----

-----Temos todos que elogiar e agradecer aos dirigentes desportivos, aos treinadores e equipas técnicas, aos atletas, às suas famílias (que sem as famílias não havia tantos atletas), pelo seu empenho e dedicação.-----

-----Também está de parabéns a equipa da Divisão do Desporto, que acompanha diariamente os clubes, pela a organização fantástica da Gala do Desporto de Oeiras dois mil e vinte



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e três. E ao Senhor Vereador do desporto, Doutor Pedro Patacho, pelo excelente trabalho que tem desempenhado a nível do desporto em Oeiras, os meus parabéns sinceros e em nome da minha Bancada. -- -----

----- Em passeio pela Marina de Oeiras, visitei a exposição de fotografia, intitulada “+Mulher”. -- -----

----- Trata-se de um projeto social, criado pela fotografa brasileira Dai Moraes, com residência e estúdio profissional em Lisboa. -----

----- A exposição “+Mulher” é constituída por fotos de mulheres, todas elas com as suas dificuldades, e tem por objetivo resgatar a autoestima das mulheres fotografadas e inspirar todas as outras mulheres que visitem a exposição. Fantástico,...com ideias “aparentemente” simples, se motivam, socialmente, a autoestima de todos e de todas. -----

----- Quero daqui elogiar, todas as iniciativas desta grande fotografa, Dai Moraes, no resgate da autoestima feminina e nos sorrisos sinceros, que conseguiu captar através das suas lentes fotográficas. Não foi fácil para elas serem fotografadas na figura que estavam, mas ela tiveram a coragem de serem fotografadas e mostrarem que são mulheres como as outras. -----

----- Por fim, dar os parabéns à Oeiras Viva, pela vossa sensibilidade, em acolher tão importante exposição na Oeiras Marina. -----

----- Segundo tema. -----

----- No passado fim de semana, fez-se história em Oeiras. A equipa sénior masculina, do clube de voleibol de Oeiras, conseguiu conquistar o sonho da subida à primeira divisão. Fantástico.

----- Também a equipa de veteranos mais quarenta e cinco (com alguns com mais de sessenta anos), venceram o Campeonato Nacional, em junho de dois mil e vinte e dois, e foram homenageados na Gala do Desporto dois mil e vinte e três. Ainda quer concretizar o sonho da equipa da equipa sénior feminina, conseguir a promoção para a segunda divisão, estão tao perto de alcançar este objetivo. E sabem quem é o seu Presidente? É uma mulher. -----

-----Faz um trabalho extraordinário na formação dos jovens e adultos de amanhã. -----

-----Em oito de março de dois mil e vinte e três, esteve presente nas comemorações do Dia da Mulher, feita pelo Comité Olímpico de Portugal. Homenagem justa e cheia de emoção.-----

-----Em fevereiro de dois mil e vinte e três, esteve presente na cerimónia de apresentação do relatório e recomendações do grupo de trabalho para a igualdade de género no desporto. -----

-----Em dois mil e vinte, disse: “Senhores governantes, venham ver o que é possível fazer e deixem-nos trabalhar. O desporto não pode parar.”, ela acredita na igualdade de oportunidades!

-----Outro ponto chave, fundamental para a sua Presidente, é evoluir ao nível de infraestruturas e reformular o espaço envolvente à sua sede. E que tem contado, ao longo dos anos, com o inestimável apoio do Município de Oeiras.-----

-----Outra vitória que conseguiu no seu percurso, no clube, foi o crescimento do número de atletas de cento e quarenta para mais de trezentos, atualmente.-----

-----Trabalha todos os dias para o reconhecimento social do desporto, porque entende que “o desporto é mudar as pessoas, é ajudar ao crescimento do adulto de amanhã”. “Moldamos vidas, moldamos o futuro”, é a visão do CVO.-----

-----E, entende que deve ensinar e desenvolver os valores como o: respeito, a tolerância, a solidariedade, a coragem, responsabilidade, perseverança, dedicação, amizade, igualdade, inspiração, espírito de equipa, disciplina, excelência e a resiliência, nas suas equipas CVO.-----

-----Fantástico, termos mulheres em Oeiras com esta força, com esta garra e com esta determinação.-----

-----Meus Senhores e Minhas Senhoras, ela é, ontem, hoje e amanhã, uma peça crucial no desenvolvimento desportivo de Oeiras. -----

-----Ela é uma líder, a motivar outras mulheres a assumir o seu papel.-----

-----Ela, com as suas equipas de voleibol, enche os pavilhões de jovens atletas, masculinos e femininos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E na Confederação de Treinadores, tem vindo a promover uma estratégia para o aumento de treinadoras em Portugal, que é apenas de quinze por cento, e que a sua presidência no CVO e dando o exemplo, passou já de setenta e nove por cento de treinadores e vinte e um por cento de treinadoras, para sessenta e dois por cento de treinadores e trinta e oito por cento de treinadoras.-----

----- O seu nome: Carolina Mendonça, natural de Moçambique, formada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em Ciências da Comunicação, Diretora Executiva da Confederação de Treinadores de Portugal e há treze anos, Presidente da Direção do Clube de Voleibol de Oeiras.

----- Parabéns Carolina Mendonça.-----

----- És uma peça fundamental para o desenvolvimento do desporto e do voleibol em Oeiras. E curiosamente, nos seus corpos sociais, temos seis homens e sete mulheres, mas a direção do clube é constituída por seis mulheres e um homem.-----

----- Carolina, tu és a prova que a mulher também dá cartas, na gestão de um clube desportivo.-----

----- E podia continuar a falar de outra mulheres. Podia falar de Joana Baptista, Teresa Bacelar, Carla Rocha, Bárbara Silva, Madalena Castro ou ainda de Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte, Carla Castelo e de todas nós , mulheres, Deputadas Municipais. As mulheres, funcionárias, tão importantes, que compõem a CMO, e que já representam cinquenta e cinco por cento dos quadros. Em dois mil e vinte e dois, dos dois mil setecentos e noventa e dois trabalhadores, mil seiscentos e trinta e seis são mulheres (incluindo as setecentas funcionárias, mulheres, que trabalham nas escolas). E ainda, todas as mulheres, funcionárias, que compõem as Juntas de Freguesias e Uniões de Juntas, todas as mulheres que compõem as cinco Assembleias de Freguesia e União de Freguesia. Tantas, tantas que contribuíram para uma Oeiras cada vez melhor.-----

----- Mas, vou falar de uma só em representação de todas elas. Quero então não perder esta oportunidade, de falar de uma mulher nascida, casada, com filhos e netos em Oeiras. Nascida em

Oeiras, vive para Oeiras e suas gentes. Sempre empenhada no objetivo de tornar sempre e cada vez melhor Oeiras. Foi e é, uma política da primeira divisão, cinco estrelas, há muitos anos. Foi e é:-----

-----Administradora do SIMAS;-----

-----Deputada Municipal;-----

-----Líder da Bancada; -----

-----Fez parte da Comissão da Juventude; -----

-----Vereadora da Cultura, dois mil e cinco, dois mil e nove;-----

-----É membro efetivo do Concelho Geral da Associação dos Municípios Portugueses; ---

-----E, desde dois mil e dezassete, até hoje, Deputada Municipal, e eleita e reeleita, Presidente da nossa Assembleia Municipal. -----

-----Ela chama-se Elisabete Oliveira.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não há palmas.” -----

-----**A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** retomou a sua intervenção dizendo: --- -----

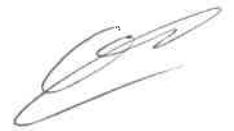
-----“Caros Deputados, caros Vereadores, Senhor Presidente, público presente e online, quer queiram, quer não ela é uma mulher que ao longo dos anos, mostrou ser, uma mulher de muito valor, muita garra e determinação. Ela é, uma mulher de Oeiras. -----

-----Terminando já, meus Senhores e minhas Senhoras, quero dizer que com estes exemplos de mulheres de Oeiras, empenhadas, participativas, dinâmicas, de excelência, líderes de Oeiras, agradeço ter o privilégio de aprender e conviver convosco.”-----

**3.6. A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“São um favor, as palavras que me dirigiu.” -----

**3.7. A Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** fez a seguinte intervenção:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “O desafio da Mobilidade Sustentável é o desafio do Ordenamento do Território, construindo e melhorando infraestruturas, definindo acessibilidades, requalificando e criando espaços públicos atrativos e de qualidade, tendo como destinatários as pessoas. -----

----- Foi ontem apresentado o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano de Acessibilidades do Município de Oeiras, concebidos atenta a geografia, a hidrografia, a extensão do território, o estado da arte das infraestruturas e, ainda, as respostas dadas a um inquérito realizado a quem vive, trabalha e estuda em Oeiras.-----

----- Não se pode fazer tudo de uma vez, daí que a escolha terá de ser inteligente, integrada e articulada com os restantes municípios e com os restantes planos municipais.-----

----- Estes são dois Planos que nos vão merecer muita atenção, porque há muito identificados como necessários para o desenvolvimento, sustentabilidade, coesão territorial e inclusão social dos oeirenses, que ambicionamos que se concretize, tanto mais que contempla muitas das propostas apresentadas no Programa Eleitoral do Partido Socialista, como por exemplo a cidade dos quinze minutos no território de Oeiras, dando lugar a várias centralidades.-----

----- No essencial pretende-se que esta nova realidade nos traga melhor qualidade de vida e maior bem-estar, dispondo de várias modalidades de transporte, melhores transportes públicos, mais competitivos, seguros, fiáveis, previsíveis e confortáveis, fazer a transição energética, usar a tecnologia, introduzir a digitalização, promover a intermodalidade e a interoperabilidade, pelo que será necessário promover mudanças de hábitos criando novas culturas. -----

----- Queremos um futuro sustentável, mais verde e mais elétrico, proveniente de fontes de energia renováveis, novas infraestruturas de tarifação, bilhete único, certeza no transporte público, pois só assim podemos dar o nosso contributo individual e coletivo para a diminuição da pegada carbónica demonstrando as nossas preocupações com as alterações climáticas. -----

----- Senhora Presidente, o Município de Oeiras é um dos catorze municípios da Área Metropolitana de Lisboa que celebrou o contrato interadministrativos de delegação de

competências dos serviços de transporte de passageiros municipais.-----

-----Foi a um de janeiro deste ano que a Carris Metropolitana iniciou a sua operação em Oeiras. -----

-----A Transportes Metropolitanos de Lisboa entre várias responsabilidades deverá coordenar a política de transportes e cultivar uma maior proximidade com a atividade da Carris Metropolitana, para melhorar cada vez mais o serviço de transportes oferecido às populações. ---

-----Para melhor acompanharmos esta operação criámos nesta Assembleia, a Comissão Eventual de Acompanhamento e Aperfeiçoamento da Implementação do Serviço de Transportes da Carris Metropolitana no Concelho, mas até agora não foi apresentado qualquer relatório por parte da Parques Tejo sobre a sua implementação e já estamos em abril.-----

-----Senhora Presidente, quais são as razões para o atraso desta apresentação de informação tão importante para a comissão?-----

-----Senhora Presidente e Senhor Vice-Presidente, no Plano Plurianual de Atividades e Orçamento da Parques Tejo, que já analisámos é dito por esta empresa, que passará a ser a “Autoridade de Transportes do Município de Oeiras, com vista a operacionalizar-se plenamente a transferência de competências entre o Município e a Empresa Municipal, possibilitando que a segunda possa constituir-se como veículo instrumental para a concretização das políticas municipais em matéria de mobilidade e transportes, assim como monitorizar os serviços prestados pelos TML sobre a marca “Carris Metropolitana”, e que tal decorre do nível da prestação de serviço público de transporte urbano de passageiros no concelho de Oeiras...Não obstante Oeiras querer assumir-se como um interveniente ativo na definição das políticas de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, o Município não pode e não vai abster-se de desenvolver as soluções de proximidade que considere que melhor se adequam à realidade das pessoas e à sua vivência no território."-----

-----Esta transferência de competências ao nível da prestação de serviços de transporte





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

público rodoviário de passageiros deverá refletir-se na criação de carreiras urbanas que, tanto a nível da extensão dos percursos como da frequência de circulação, sejam capazes de estabelecer uma ligação eficiente entre zonas residenciais, espaços de lazer, equipamentos públicos e interfaces de transportes, colmatando as lacunas que hoje são por demais evidentes ao nível da oferta de transportes em alguns pontos do Concelho. -----

----- Tendo em conta este diagnóstico e a apresentação ontem efetuada dos Planos, qual vai ser o papel e a missão da Parques Tejo? Que modelo de articulação está pensado com a TML? Ou pretende o Executivo denunciar o contrato, deixando de fazer parte da solução conjunta e colocar em risco o principal pressuposto: o da interoperabilidade? -----

----- Para terminar Senhora Presidente, uma referência à questão ligada à petição entregue na última Assembleia Municipal, a vinte e um de março. -----

----- Um grupo de cidadãos de Oeiras apresentou uma petição a esta Assembleia Municipal, sobre os parquímetros instalados há cerca de um mês pela Parques Tejo, junto à zona do Parque dos Poetas. -----

----- Os moradores apresentaram a petição à Assembleia Municipal, mas os partidos e grupos políticos ainda não tiveram conhecimento do seu teor.-----

----- Da parte do Partido Socialista, questionámos a Senhora Presidente sobre o cumprimento do artigo sessenta e seis do regimento.-----

----- Entendemos e queremos deixar claro, que apesar de o primeiro peticionário já ter usado o tempo do Público, deve, tal como previsto no regimento ser ouvido, e devem ser solicitados esclarecimentos à Câmara Municipal sobre o teor da petição. -----

----- Há, no entanto, um reparo, impossível de não ser feito. A petição já devia ter sido divulgada pelos partidos e grupos políticos a bem da transparência e da democracia. -----

----- Resta-lhe Senhora Presidente, agendar o debate, tal como previsto no Regimento, que como sabe, também foi por si aprovado.” -----

**3.7.1. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Eu posso já esclarecer esta situação. A petição foi enviada à Câmara Municipal, que ainda não se pronunciou. Logo que o faça...” -----

-----Como a Senhora Deputada também disse, eu deveria dar conhecimento e dei conhecimento à Câmara Municipal. Espero que me seja dado algum esclarecimento sobre a situação e depois será agendado o debate da petição.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:** -----

-----“A petição foi dirigida à Assembleia Municipal. E eu, Assembleia Municipal, dei conhecimento à Câmara e estou à espera de resposta da Câmara Municipal.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:** -----

-----“Então, sim. -----

-----Eu enviarei por escrito, se os Senhores assim o entenderem, se não ficará aqui dito que: enviei a petição à Câmara Municipal, e a Câmara Municipal ainda não me deu feedback. ---

-----Também não tenho...Senhora Dona Cristina, nós temos alguma morada?”-----

-----**A Senhora Cristina Saavedra respondeu o seguinte:** -----

-----“Não temos.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:** -----

-----“Não temos nenhuma morada das pessoas que apresentaram a petição. Portanto, não podemos sequer, fazer qualquer contacto porque não temos, não nos foi entregue e nós na altura também não o pedimos (nem podemos pedir, como os Senhores sabem). -----

-----Por isso, eu solicitava, a quem tiver contacto com as pessoas que apresentaram essa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

petição, que queiram fazer o favor de enviar para os serviços, um contacto. -----

----- Eu iria passar a palavra à pessoa que está inscrita a seguir, que é o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que tem um minuto e doze segundos, para fazer a sua intervenção (como pode verificar).” -----

**3.8. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte:** -----

----- “Faço esta intervenção, por imperativo categórico, moral e político. -----

----- Não posso como cidadão, como profissional e como Deputado eleito pelo povo, ficar indiferente e assistir ao crescimento do populismo, da demagogia que de tão barata e primária, é quase pueril. Aliás, deixarei uma pergunta, o único mistério que neste caso fica por esclarecer: ao serviço de quem e com que propósito? -----

----- Temos vindo a registar um movimento de contestação, da existência de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), que utiliza argumentos falsos, ignorantes e pior, procura instrumentalizar e regimentar cidadãos, enganando-os, falseando a verdade dos factos. --

----- Ficarei ainda uma pergunta, um mistério que fica por esclarecer: ao serviço de quem e com que propósito, se fazem estes requerimentos, intervenções e alaridos nas redes sociais? -----

----- Simplifico a questão como, os parquímetros, simplesmente para acompanhar no mesmo tom a linguagem dos detratores dos mesmos. Nesta intervenção, demonstrarei que os intuitos deste alegado movimento, que se apresenta como: “ Não queremos parquímetros em Oeiras”. É um atentado à democracia, à qualidade de vida, ao bom senso e sobretudo é um monumento à ignorância e à intolerância democrática. A teoria económica de o valor de um bem, define que o bem, vale em função de um rácio de duas realidades, por um lado a sua utilidade, por outro a sua abundância. E é neste axioma, que nasce a necessidade dos parquímetros, ou seja, de gerir o estacionamento no espaço público. -----

----- Não há abundância de estacionamento, há escassez crescente de estacionamento. Com a massificação do automóvel e o número de automóveis por fogo, o estacionamento é assim um

bem escasso e valioso. Por outro lado o estacionamento é um bem essencial para a qualidade de vida, para a atratividade da atividade económica, para uma melhor sã mobilidade no território e é neste ponto que a posição deste movimento se torna um atentado à democracia. Pois a mobilidade no território é essencial para garantir o funcionamento da própria democracia, para garantir o acesso plural a bens e serviços, a qualidade de vida na/e da cidade depende, grandemente, da resposta dada às necessidades de deslocamento e circulação das pessoas e conseqüentemente à regulação do estacionamento.-----

-----Os parquímetros são necessários pelas seguintes razões:-----

-----Primeiro – Para gerir o espaço de estacionamento. Os parquímetros ajudam a gerenciar o espaço de estacionamento limitados, em áreas movimentadas. Os parquímetros ajudam o fluxo de tráfego e garantem uma distribuição justa de espaços de estacionamento entre todos os motoristas. Ao limitar o tempo que um veículo pode estacionar, em um determinado espaço, os parquímetros ajudam a manter o fluxo de tráfego. Isto é essencialmente importante, em áreas movimentadas, onde a congestão do tráfego pode ser um problema;-----

-----Segundo – Fiscalização. Os parquímetros tornam mais fácil, para os agentes da lei, fiscalizarem as regulamentações de estacionamento, promovendo assim a justiça social, pois evitam grandemente o estacionamento abusivo nas passeiras, nos passeios, nos lugares de deficientes, nos locais de cargas e descargas, etc.-----

-----Em resumo, os parquímetros são uma ferramenta importante para gerir o estacionamento em áreas urbanas. Eles ajudam a garantir que o estacionamento esteja disponível para todos, ajudam a manter o fluxo de tráfego e impedem o estacionamento abusivo...”-----

**3.8.1. A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção:-----**

-----“Senhor Deputado, eu peço que termine. Já ultrapassou o seu tempo.”-----

**3.8.2. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) continuou dizendo o seguinte:-----**

-----“Peço a sua tolerância, porque também deu ao Partido Socialista.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo:-----
- “Não é a minha tolerância. É que não é possível. Se todos vamos ultrapassar o tempo de intervenção...”-----
- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----
- “Em relação à pergunta: para que serve o dinheiro gerado pelos parquímetros? É uma pergunta legítima e importante. Com clareza a resposta é: vinte e três por cento, ou seja um quarto, vai para o Estado, cinquenta por cento é para garantir o funcionamento da fiscalização, o restante das receitas é devolvido ao povo e à cidade, quer pela criação de novos parques e espaços de estacionamento, quer pela requalificação e manutenção...”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----
- “Peço que termine a sua intervenção.”-----
- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----
- “Falta uma página, Senhora Presidente.”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo:-----
- “Não, Senhor Deputado, desculpe. Não há mais tolerância. Peço-lhe que termine a sua intervenção.”-----
- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----
- “Senhores Deputados, é a democracia que temos nesta Casa. -----
- Eu farei a intervenção na próxima Sessão.-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----
- “Pode fazer.”-----
- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** retomou a sua intervenção dizendo: -----
- “Que se registre e fique em ata, que a Senhora Presidente, deu dois minutos ao Partido Socialista e não me deixou terminar a minha intervenção.”-----
- A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo:-----

-----“Senhor Deputado, pode ficar registado em ata precisamente o contrário daquilo que o Senhor acaba de dizer. -----

-----É que quem usou dois minutos e vinte segundos, foi o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV). O Partido Socialista tem a mais, um minuto e quarenta segundos.-----

-----Seja como for, Senhor Deputado, para mim quer seja o Partido Socialista, ou Partido Social Democrata, ou quem quer que seja, as regras são as mesmas. Se existe tempo para registar as intervenções, para não ser ultrapassado, esse é igual para todos.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Na próxima Sessão eu farei a intervenção.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** retomou dizendo o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu não lhe dei a palavra.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Está a falar comigo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Não, estou a falar com todos. Eu não me dirijo diretamente a si, dirijo-me a todos. E o que disse, foi para todos os Senhores Deputados. -----

-----Não há direito de resposta nesta situação.”-----

**3.9. O Senhor Deputado António Coimbra (CDU)** referiu o seguinte: -----

-----“Vou levantar duas questões sobre transportes.-----

-----A primeira tem a ver com o sistema de transportes da Área Metropolitana de Lisboa (no distrito de Lisboa), e em Oeiras (no nosso caso). A CDU recebeu resposta do Executivo ao seu requerimento, em que solicitava informação sobre o novo plano de transportes em Oeiras, a funcionar desde o início do ano.-----

-----A CDU teve a preocupação, de no tempo devido, entregar, nomeadamente ao Executivo da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, as alterações que em seu entender,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deveriam constar no novo mapa de transportes. O Executivo da Junta, deu conta de que tinha enviado para a Câmara, todas as propostas existentes (acreditamos nisso, claro). -----

----- Damos dois exemplos de propostas, de que fazíamos muita questão e que são as seguintes: a passagem de um autocarro vindo de Queijas e Linda-a-Pastora, que passasse junto ao Centro de Saúde de Carnaxide e que o autocarro que liga Queijas à estação da linha de Cascais, em Algés, também funcionasse ao fim de semana, tal como durante os dias de semana. -----

----- Estas duas propostas não foram contempladas. -----

----- A questão que gostaríamos de colocar é a seguinte: Se o Executivo da Câmara, nos podia fazer um balanço sobre o novo sistema de transportes e se as propostas que tinha em carteira aquando das negociações, foram contempladas de maneira satisfatória e se há abertura para correções, que se verifiquem justas, sendo estas duas que referi, dois casos que se encerem nesta categoria? -----

----- A outra questão que queria apresentar, ainda sobre os transportes, tem a ver com as chamadas trotinetes ou transporte suave. -----

----- Não temos presente a verba que a Câmara gastou na introdução deste meio de transporte, no nosso Concelho. Certamente que se quer que esta experiência, inovadora no Concelho, corra bem. A Câmara, na sua opinião, acha que a experiência está a correr bem? -----

----- Parece-nos que algumas questões se levantam, até tendo em conta experiências em outros locais, nomeadamente em Lisboa (e não só). -----

----- A CDU entende, que deveria haver equipas, nas Juntas (ou de outro modo qualquer), que acompanhassem a utilização das mesmas (trotinetes) pelos utentes. -----

----- Por outro lado, quer os utilizadores, quer a população em geral, vão apontando lacunas e deficiências. Há quem defenda um regulamento, há quem fale em questões de segurança, para os utilizadores ou para as pessoas em geral. E a Câmara o que é que pensa? -----

**3.10. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Perante os três minutos concedido ao Partido Chega pelo regimento, e sem direito ao contraditório, pergunto para memória futura, quatro questões à Vereação. -----

-----Reportando à Comissão de Moradores de Miraflores, e no que concerne à construção nos terrenos privados do Parques do Cisnes. É certo quanto à existência de um absurdo urbanístico e ambiental, quando a Câmara Municipal apoia o licenciamento de edifícios em cima de uma ribeira e em subsolos, onde é necessário bombear água dia e noite. -----

-----Pergunto enquanto Deputado Municipal do Chega: Não está a ser o princípio da prossecução do interesse público com estes maus officios, ao licenciar a Câmara a sua construção?

-----Segunda questão: Qual o enquadramento legal, face “à anulação” do Decreto Regulamentar número cinco barra dois mil e dezanove, de vinte e sete de setembro, quanto aos indícios das áreas construídas, estarem acima do legalmente aprovado do Plano de Loteamento?

-----Terceira questão: Certo que os lotes estão a ser totalmente impermeabilizados, o que o Partido Chega verificou no local, o que irá aumentar ainda mais o perigo, e o risco de cheias em Algés, visto recebermos o escoamento das águas da Amadora, de Sintra e outras. Pergunto: foi procedido algum estudo prévio e por quem, quanto ao escoamento, futuro, das águas? -----

-----Quarta questão: O superior interesse público, parece valer menos, que a especulação imobiliária, ficando um jardim público à sombra, um parque infantil fantástico, também à sombra, os cafés constantes no jardim à sombra, a vista do verde de Monsanto, a quem passe a pé ou de carro, vedada ao cidadão quanto à sua contemplação e o mais importante, pondo em causa o escoamento das águas, violando a especulação imobiliária, a qualidade de vida dos cidadãos de Miraflores e a todos nós, que também usufruímos do espaço público. -----

-----Eu, atrevo-me a dizer, e o Partido Chega sugere, que Miraflores mude de nome, caso venha a ser edificado aquela construção, e se passe a chamar “Mira Torres”, penso que é um título mais a propicio. -----

-----Como se sabe, o Direito Administrativo, tem por base e está também ligado à





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Constituição. E, portanto, aqui analisar o artigo duzentos e sessenta e seis, certo que a Câmara ao deixar prosseguir interesses privados, como o verificável com a construção privada, os terrenos do Parque dos Cisnes e no que concede as respetivas licenças, indicia, friso, indicia estarmos perante uma situação de desvio de poder, sendo nulos os atos praticados. Reforçado ainda, pelo princípio da legalidade, onde não se pode violar situações, juridicamente protegidas dos particulares.” -----

**3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte:-----

----- “A regulação do estacionamento é uma medida que, se bem sucedida, beneficia moradores das zonas tarifadas, permitindo-lhes ter lugar para estacionar a um custo anual que é módico. Essa regulação deve fazer parte de uma política de melhoria das condições de mobilidade, a par do investimento no transporte público e na mobilidade ativa, passeios e ciclovias.-----

----- De que custos estamos então a falar? -----

Em Oeiras o custo dos dísticos para residentes é de seis euros por um dístico válido por dois anos, para empresas e trabalhadores – trinta euros por mês ou duzentos e cinquenta anuais, temos também o dístico verde para carros elétricos no valor de seis euros anuais e finalmente o dístico de utilização Múltipla, válido para vários sítios do Concelho a quarenta e cinco euros mensais.---

----- Infelizmente, a Câmara Municipal de Oeiras, não ouviu nem envolveu os moradores neste processo, antes de instalar os parquímetros, não os informou antecipadamente nem deu tempo para que solicitassem os respetivos dísticos necessários, gerando então desconforto. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras defende um sistema integrado de mobilidade sustentável, com o reforço da oferta de transporte público - fiável e em via dedicada - e das condições de segurança e conforto para quem anda a pé e também de bicicleta.-----

----- Durante décadas, a liderança municipal tem privilegiado o transporte automóvel particular e a expansão de novas frentes urbanas para áreas distantes dos transportes públicos, o que temos criticado, por gerar um congestionamento crescente, uma cada vez maior ocupação do espaço público com automóveis e ainda pelo uso do automóvel individual ser uma das principais

causas da emissão dos gases de efeito de estufa no Concelho. Só em infraestrutura rodoviária, estão previstos e em curso investimentos de cerca de duzentos milhões de euros dos contribuintes de Oeiras, tornando a mobilidade dependente do automóvel particular, um dos grandes problemas também, do nosso Concelho.-----

-----Em dois mil e vinte e três, cerca de seis milhões de euros dos contribuintes de Oeiras versus poucos investimentos em mobilidade suave (cerca de quatrocentos mil euros) e transportes públicos (duzentos e cinquenta mil), isto está nas grandes opções do Plano para dois mil e vinte e três.” -----

-----E este investimento bate certo com o que ontem assistimos na apresentação pública dos planos de mobilidade “sustentável” e acessibilidades do Município de Oeiras. Foi preciso uma hora e meia de apresentação para se abordar a mobilidade suave, mostrando uma vez mais que a política do Município se baseia na construção de mais e mais rodovia, desta feita com a desculpa de que é para criação de corredores de transportes coletivos.-----

-----O excesso de dependência em relação ao automóvel particular e a pouca atratividade dos modos mais sustentáveis deve-se principalmente à inexistência de regulamentação adequada, descoordenação entre políticas de ordenamento do território e políticas de mobilidade com as prioridades trocadas e sem compromissos participados.-----

-----Em Oeiras a distribuição de viagens entre diferentes modos de transporte disponíveis tem vindo a agravar-se ao longo dos anos a favor do automóvel, que é incentivado quando se continua a construir em zonas dispersas e que nunca serão adequadamente servidas por transportes públicos, como sabemos.-----

-----Um Plano de Mobilidade Urbana muito pouco sustentável que: não apresenta metas consequentes, nem ações calendarizadas para a inversão da atual tendência insustentável do Município. Cujas metas apresentadas não têm qualquer ambição para a transferência modal do automóvel particular para o transporte público e modos ativos. Que não partem de uma hierarquia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

clara, que começa com o andar a pé, de bicicleta, os transportes públicos, colocando então no final o automóvel particular. -----

----- Que se baseia na construção de mais estradas e nós rodoviários e mais e mais parques de estacionamento indutores de mais tráfego. Um Plano que não apresenta uma rede de percursos pedonais digna desse nome ligando as várias localidades do concelho e que não apresenta uma rede integrada e coerente de ciclovias. Nem a intermodalidade da bicicleta com as estações de transporte ferroviário já existente no Concelho e que também não apresenta investimentos claros e calendarizados no transporte público pesado em canal dedicado.” -----

**3.12. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- No seguimento da intervenção da Deputada Celina (IN-OV), dizer que aprecio quando as intervenções dos deputados e deputadas vão no seguimento da exaltação das competências da mulher. Agradeço da minha parte a exaltação que foi feita e dizer que no momento em que vivemos uma polémica, em que apresentadoras de televisão são chamadas de “gordas” e “flácidas”, chegamos ao ponto de perceber, que há muita barreira ainda que tem que ser derrubada e que temos que no dia oito de março, que simboliza o Dia da Mulher e a força feminina, ainda temos muitas barreiras para deitar abaixo. É bom que caminhemos no sentido de deixar esta exaltação às mulheres e de puxar realmente por todas as mulheres que se têm afirmado, independentemente das suas gorduras, das suas flacidez, ou dos traços que o tempo tem deixado nelas. -----

----- Depois, dizer que também no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Celina (IN-OV), gostaria de dizer que mais uma vez o Sport Algés e Dafundo conseguiu os tempos, através da atleta Rafaela Azevedo, para estar presente nos campeonatos europeus, que terão lugar no próximo mês de agosto, em Dublin. Mais uma vez as cores do Concelho estarão presentes numa competição de grande envergadura e esperemos que a Rafaela consiga na prova de cinquenta metros costas, trazer uma medalha, ou pelo menos um bom resultado europeu, para que mais uma

vez o Sport Algés e Dafundo possa marcar a história desportiva deste Concelho. Claro que este voto é extensível a todos os nossos atletas, Oeiras tem-nos e tem-nos muito bons. Mais uma vez temos motivos para sorrir, o desporto em Oeiras está de boa saúde e os nossos atletas também. --

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, terminaram as intervenções. Iria perguntar à Câmara, penso que o Senhor Presidente não, porque chegou agora, mas o Senhor Vice-Presidente, se quiser usar da palavra, use. Faça favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

**3.13. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Começar por referir, respondendo às questões relevantes que foram aqui trazidas.---

-----O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) pergunta se nós estamos dispostos a ajustar as novas rotas de transporte, quando as causas são justas. A resposta está dada. Se é uma causa justa, se há necessidade de melhorar, nós nunca dissemos que não estávamos dispostos a melhorar. A implementação da Carris Metropolitana e voltamos a dizer, que ainda não chegámos ao fim do primeiro trimestre, chegámos aliás, na semana passada. Está há três meses em vigor a Carris Metropolitana no Concelho de Oeiras. Naturalmente, nós estamos a fazer a monitorização e o acompanhamento e quando há necessidade de melhorar, naturalmente que por si só, a sua questão responde-se. Se a causa é justa, temos que aderir à mesma.-----

-----Depois, sobre as questões trazidas pelo Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH). ---

-----Senhor Deputado, tenho de respirar fundo para não exagerar na minha resposta, para me acalmar porque.... A ignorância é perdoada...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Abunda...”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- "...agora, Senhor Presidente, a maldade não pode ser. Dizer que o Executivo Municipal está a autorizar as licenças de construção, de uma urbanização projetada desde há mais de quarenta anos... Senhor Deputado, oiço muito bem e quando nos acusam levianamente de desvio de poder, tenho de me controlar muito, para eu próprio não verbalizar com excesso, a minha resposta. Quando nos acusam de estarmos... Quando nós estamos a emitir licenças de uma urbanização que começou a ser aprovada no Estado Novo, que foi revista durante o PREC e foram retirados mil fogos àquela urbanização, nós estamos meramente a autorizar as licenças de construção cujo loteamento está aprovado. Não passamos disso, estamos só nessa fase, na fase final. Dizem-nos que nós podemos não autorizar as licenças de construção. Não sei em que país Vossas Excelências vivem, mas não é no meu. Não é num Estado de direito democrático. Num Estado de direito democrático, a administração não esbulha privados. A administração respeita os direitos dos cidadãos. Quando um cidadão (porque uma empresa tem por trás cidadãos), quando uma empresa adquire um terreno com determinada capacidade construtiva, com loteamento aprovado, depois apresenta um projeto à Câmara, para construir num terreno que adquiriu, com determinado potencial construtivo, o que é que o Município deve fazer? Não autorizar? E quem é que paga a indemnização? Este é um Estado de direito democrático. Ou devia ser, onde nós devíamos agir com regras. Dizer que nós estamos a defender interesses imobiliários, por autorizar a construção em loteamentos já aprovados? Com uma urbanização que tem décadas? Num processo com décadas? Isto é lançar atoardas e lama em cima dos outros, de uma forma absolutamente inadmissível. Inadmissível. É uma abjeção o que foi dito aqui. Dizer que nós estamos a contribuir para mais cheias, porque estamos a construir em leito de cheia? Dizer que a Câmara de Oeiras é responsável porque há águas que vêm de Sintra e da Amadora e que nós não resolvemos esse problema, se o Município de Oeiras já disse (várias vezes), que contribuirá com cinquenta por cento da duplicação da Ribeira de Algés, evidentemente melhorando a infraestrutura no nosso Concelho, que é responsabilidade do Estado Central? E vimos ser acusados de desvio de poder,

ainda que levianamente? Senhora Presidente, peço-lhe desculpa, tenho de me controlar muito e tenho que respirar muito fundo, para não responder com outra verve, a isto que é aqui dito. Não há desculpas. Senhora Presidente, Senhor Presidente, já ninguém tem desculpa sobre o processo de aprovação do Parque dos Cisnes. A informação é pública. Tudo o que se diga para além do que se conhece, não há desculpa de ignorância, é maldade e a maldade não tem perdão. Não tem perdão porque lançam-se anátemas, que eu não aceito e nós não podemos aceitar. -----

-----Senhora Presidente (no caso Senhor Presidente), ia passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para o resto das questões. -----

-----Muito obrigado.” -----

**3.14. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----**

-----“A responsabilidade do IN-OV, do PS e do PSD, representados aqui nesta Assembleia Municipal é enorme, porque na realidade têm aqui uma maioria na ordem dos oitenta por cento, de maneira que a tolerância democrática destas três forças políticas, perante as forças extremistas aqui representadas, é enorme. É compreensível que as forças extremistas seja à esquerda, seja à direita, berrem, gritem, caluniem, difamem, fazem tudo o que querem. É a democracia que permite isso. Congratulemo-nos com o regime democrático que vivemos, que usufruímos. O que é que estas oposições extremistas haviam de fazer, senão tentar impedir que se faça qualquer coisa? Na realidade, o objetivo destas forças é dizer mal de tudo, sobretudo daquilo que se faz, não é daquilo que não se faz. Raramente nos dizem aqui, que não estamos a fazer isto, que não estamos a fazer aquilo, que não estamos a fazer aqueloutro. Dizem que estamos a fazer assim, que estamos a fazer assado e que não devíamos fazer. Devo dizer-vos que tenho uma compreensão enorme para com essas forças. De maneira que a mentira compulsiva, a que nós já estamos habituados nesta matéria do urbanismo então.... Qualquer processo de urbanização, qualquer edifício que se constrói, que aparece, etc., é contestado. Ainda ontem tive oportunidade de dizer que o crescimento de Oeiras em matéria demográfica, situa-se na ordem dos dois por cento nos últimos dez anos. É dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

municípios que menos cresceu na Área Metropolitana de Lisboa, do ponto de vista demográfico. Realmente cresceu em termos de imobiliário, ao nível do acolhimento das empresas e é por isso que Oeiras tem a posição que tem a nível nacional, em termos empresariais. Fruto desse crescimento e dessa especialização de Oeiras nessa matéria, todos temos um conforto extraordinário, uma qualidade de vida única no contexto nacional. Devo dizer-vos que ouço, toda a gente que vive fora de Oeiras, ambiciona viver em Oeiras e toda a gente que não trabalha em Oeiras... Ainda hoje recebi uma série de gente na Câmara, ligados a empresas e instituições de ensino, que o sonho deles é vir aqui para Oeiras e vêm pedir para ver se conseguimos encontrar solução. Todas as semanas, nas reuniões de planeamento, nós recebemos empresas e instituições a quererem vir para Oeiras, é extraordinário. Obviamente que se porventura o imobiliário fosse como se diz, se a pressão demográfica em Oeiras fosse como se disse, é obvio que as casas não atingiam os preços que estão a atingir. Porque é que as casas em Oeiras, então subiram (em Oeiras, Cascais e Lisboa) mais que no resto do país? Deve-se a uma circunstância: à qualidade de vida que temos. Essa qualidade de vida decorre dos bons jardins, das boas praças, decorre dos bons equipamentos, das boas escolas, das creches, dos centros da terceira idade, dos complexos desportivos, depende disso tudo.-----

----- Relativamente à intervenção.... É natural que os deputados do Bloco de Esquerda, do Evoluir Oeiras façam aqui intervenções absolutamente catastrofistas relativamente à mobilidade. Acontece que há uma diferença entre esta maioria que está nesta Assembleia e a maioria absoluta do Governo. Quero dizer com muita pena, custa-me muito ver o Governo do Partido Socialista com uma maioria absoluta, ter receios daquela extrema esquerda, absolutamente histriónica. Tendo receio... Ainda há pouco tempo, no sábado, assistimos a manifestações a propósito da habitação, que foi a coisa mais ridícula a que assisti até hoje. A coisa mais ridícula. Não percebo porque é que os poderes públicos não desarmam estas situações. Assistimos a manifestações por todo o país, a propósito da política de habitação. Que é preciso habitação, direito à habitação, realizar o direito

à habitação. Mas são contra a habitação. Ao mesmo tempo pedem mais habitação, mas dizem que não querem habitação nova. Juntam-se ali os fundamentalistas das alterações climáticas (não sei se estão a ver), àqueles que protestam por tudo e por nada perante o Governo. A maior parte daquelas pessoas que lá estavam, não precisam de casa para nada. Não precisam de casa para nada. Vão-se manifestar a propósito da habitação, mas na realidade não querem mais habitação. Querem mais miséria, é o que defendem. Eu sou um crítico do programa de habitação do Governo, mas sou um crítico com fundamentação, não sou um crítico por ser, apenas por mero protesto. Aquela gente vai para as manifestações protestar pelo direito à habitação, mas não querem mais habitação. Qualquer pessoa minimamente informada, sabe que o que o país precisa é de mais habitação pública. É de construção nova. É isto que o país precisa. Se não houver habitação pública, não há casas. Não se pode ter sol na eira e chuva no nabal. Estar a dizer que construir mais casas são contra as alterações climáticas, mas ao mesmo tempo queremos direito à habitação. Como é que se realiza o direito à habitação? O direito à habitação não se realiza com os terrenos ao preço a que estão. Estou farto de dizer isto e continuarei a dizer. É por isso que em relação à... é natural que, reparem... As minorias mais radicais podem dizer que se faz tudo e podem prometer tudo, porque elas sabem que nunca chegarão ao poder (e aí de nós se lá chegassem...), mas nós temos que as denunciar em todos os fóruns. Às vezes os representantes dos partidos mais moderados, porque estão na oposição, muitas vezes também vão na onda. É vulgar nós vermos deputados do PSD, por exemplo, que deviam ser pessoas mais moderadas, a alinhar com as bandeiras da extrema esquerda, por mero oportunismo, não sei se estão a ver. Esquecendo-se que depois... porque mais tarde ou mais cedo o PSD será poder, mais tarde ou mais cedo será, é a lei da vida, a alternância, enquanto o Chega não o ultrapassar, porque também pode acontecer ser ultrapassado pelo Chega, portanto, o PSD tem de ter algum cuidado. Obviamente se não tiver propostas alternativas, se for igual ao Chega, para quê votar na cópia, em vez de votar no original? Tudo isto deve ser ponderado pelas pessoas, pelos cidadãos conscientes, responsáveis, que sabem que a vida não é um sonho. É preciso





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trabalhar muito para realizar os sonhos das pessoas. Todo este conjunto de afirmações relativamente à mobilidade, como se fosse possível... não, é possível, isto traduz a ditadura que está na mente dessas pessoas. Para esta gente.... Reparem, já houve tempos em que para fazer um homem novo, matavam-se os velhos e matavam-se os novos independentemente da idade. Uma forma rápida de resolver o problema é cortar a cabeça, aí faz-se um homem novo. Já vivemos esse tempo. O homem não muda assim tão de repente. O ser humano muda com alguma calma, vai mudando. Não muda de um dia para o outro. É necessário alterar hábitos? É, mas é preciso sensibilizar as pessoas. É preciso que as pessoas andem mais a pé? É. É preciso que as pessoas andem mais de bicicleta? É. É preciso que as pessoas andem mais de transporte público? É, mas não é com imposições, não é de repente. É preciso criar alternativas seguras, rápidas, ao nível do transporte público. É preciso dar as ofertas adequadas às pessoas e sensibilizá-las para os comportamentos que elas devem adotar. Esta coisa de dizer que se acabem os carros, que se acabe isto, que se acabe aquilo, é uma tontaria. Em suma, na Câmara Municipal de Oeiras, no Município de Oeiras, continuaremos a fazer - e afirmo isto perentoriamente - parques de estacionamento, porque fazem muita falta, os cidadãos precisam de parques de estacionamento para poderem ser possuidores da rua, dos passeios, dos jardins, etc. Precisam de mais parques de estacionamento, precisam de mais estradas, de mais arruamentos e de estradas a ligar os aglomerados que temos no nosso Concelho, de maneira a tornar mais rápidas as viagens entre aglomerados, etc. Precisamos de ter mais estradas que façam a ligação entre as vias principais, as de primeiro, segundo, terceiro grau. Em Oeiras, no resto do país e por esse mundo fora. Nós precisamos de construir essas casas. E é óbvio que ninguém se atemorize com estes fantasmas da extrema esquerda, que estamos atrasados, que não somos capazes de criar condições para que as pessoas andem mais a pé, etc. Não, nós estamos a fazer isso tudo. Tudo. Não porque eles gostam, por pressão deles. Não, nós estamos a fazer porque a realidade é esta. Mas não vamos deixar de fazer parques de estacionamento.... Imaginem o que era, nós dizermos na Avenida da República em Algés, que não

vamos fazer o parque de estacionamento que prometemos. Claro que vamos ter que fazer. Aliás, vai demorar mais tempo do que eu gostaria. -----

-----A VLS, a Via Longitudinal Sul, vamos ter que a fazer, por muito que alguns.... alguns não, uma minoria pequenina. Faz uma gritaria extraordinária, dando a impressão.... Vejam bem, até já tivemos exemplos nesta Assembleia, em que quem vem aqui gritar, são pessoas que nem residem no Concelho. E acham que isto é normal? Acham que é normal pessoas que nem moram no Concelho, virem aqui reclamar pelo parquímetro ou pela torre aqui ou pela torre além? Claro que isso não é normal. Isto até significa, reparem, significa a pouca representatividade que têm. Mas porque é que se as pessoas... Porque é que nós havemos de dar... Uma coisa em democracia, nós temos que os ouvir, não sei se estão a ver. Em democracia, nós temos que ouvir toda a gente. Eu estou disponível.... Quero dizer que fico encantado quando ouço as críticas que aqui fazem sobre isto, sobre aquilo, etc. Fico mais encantado ainda quando sugerem para se fazerem coisas bem feitas, para se fazerem mais estradas, para se fazerem mais parques de estacionamento. Fico encantado quando vêm essas sugestões. Mas quando dizem que não senhor, que não há mais estradas, fico encantado na mesma. Sabem porquê? Porque o cidadão fica a pensar: mas esta gente vive aonde? Na lua? Ou vivem na terra? Vivem em Barrancos, no Alentejo, onde o trânsito ainda não é muito, ou vivem num município urbano, com uma alta densidade, etc.? A realidade é esta. Obviamente, este fórum é para isso mesmo, de maneira que todos ouvimos, mas não damos seguimento àquilo que ouvimos, não sei se estão a ver. De maneira que a Senhora Deputada do Evoluir, indicada pelo Bloco de Esquerda, pode continuar a gritar...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo:-----

-----“Pode continuar a gritar o que quiser, mas o nosso rumo... O nosso rumo não é o rumo do.... O nosso rumo, é o rumo dos cidadãos de Oeiras. Os cidadãos de Oeiras, os eleitores de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras, é que ditaram o modelo de desenvolvimento deste Concelho. É nisso que nós vamos prosseguir. -----

----- Ontem foram apresentados o Plano de Mobilidade Sustentável e o Plano de Acessibilidades. Foi apresentado em Carnaxide, no auditório Ruy de Carvalho. Irá ser apresentado (termino já, Senhora Presidente) aqui na Assembleia Municipal. Está lá tudo. De maneira que uma vez aprovado esse plano, não vale a pena continuar aqui porque... É curioso, o discurso é sempre o mesmo. A falta de imaginação é confrangedora. Eu fico.... Sinceramente, é confrangedora. Aquilo que se espera de uma Assembleia Municipal, é que se discutam aqui os problemas dos cidadãos, os problemas reais dos cidadãos. Mas não, é confrangedor, não há uma ideia, é uma coisa estranha, complicada. A propósito da mobilidade, vejam bem.... Foi ontem apresentado, o auditório estava quase cheio, ouvi uma sugestão ou outra que não tinha nada a ver com a mobilidade. Foram apresentados uns problemas relativamente ao centro de saúde, ao problema das cheias em Algés, mas em relação àquilo que era o objeto principal da iniciativa, pareceu-me haver ali um grande consenso, uma grande satisfação. -----

----- Muito obrigado.”-----

**3.15. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte:-----

----- “Para efeitos de Defesa da Honra, Senhora Presidente.”-----

**3.16. A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

----- “A Senhora já não tem tempo.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Para Defesa da Honra tenho.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não tem tempo de intervenção. Peço desculpa.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “É da Defesa da Honra.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, ninguém a atingiu na sua honra. Não vamos com estes subterfúgios...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Mais uma vez, Senhora Presidente, não tenho que invocar o Regimento para dizer que não é isso que diz o Regimento. Não é a Senhora Presidente que interpreta se a minha honra foi ofendida ou não.” -----

**3.17. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Eu também quero exercer a Defesa da Honra.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, ninguém... com a sua honra... Isso é um subterfúgio, desculpe não vou permitir, não vamos começar. Ali o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) já se está a sorrir, também quer usar da palavra, também não tem tempo. Não vou...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

-----“Claro, eu sinto que a minha honra foi ofendida, quando um Presidente que chega a meio de uma Assembleia vem dizer que os deputados não estão aqui a fazer nada, que não fizeram o seu trabalho e que não estiveram a apresentar assuntos nem propostas, como foi o nosso caso hoje.-----

-----Além disso, também não fui indicada pelo Bloco de Esquerda, mas sim pelo Livre.”-

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada...Ninguém se dirigiu... A Senhora fala.... Desculpe, eu não lhe dei a palavra. Não lhe dei a palavra. A Senhora fala por cima dos outros. Terminou. Terminou, Senhora Deputada. Não há mais intervenções a não ser dos grupos políticos que ainda têm tempo de intervenção. De resto, não há mais intervenções. Não há mais intervenções. Senhor Deputado, o seu tempo foi ultrapassado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Ofende-se e não se faz nada, é isso Senhora Presidente?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Ninguém o ofendeu.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----

----- “Ofendeu, ofendeu. Desculpe.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não ofendeu, desculpe.”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu não posso admitir que deturpem a minha palavra. Não admito, nem ao Senhor Vice-Presidente. Não admito.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Desculpe Senhor Deputado. Não lhe dei a palavra e o Senhor não vai usar da palavra.”

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Se quer deturpar, vai deturpar a conversa de outra gente. Não da minha. É uma vergonha. Vergonha.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não lhe dei a palavra e o Senhor não vai usar da palavra.-----

----- É uma vergonha... É aquilo que os senhores fazem. Não dei a palavra, os senhores já ultrapassaram o vosso tempo de intervenção. Não há mais intervenções, a não ser dos grupos políticos que ainda têm tempo para o fazer.-----

----- Não há mais intervenção de quem tem tempo ainda de intervenção? Portanto, acabaram-se estas intervenções. -----

----- Eu, no início desta sessão, não pus à votação a ata da Sexta Reunião Extraordinária. Irei agora pôr à vossa consideração, se têm algo a dizer sobre a ata da Sexta Sessão Extraordinária,

da Sessão realizada no dia catorze do três, ata número sete. Alguém tem algo a dizer sobre esta ata? Não havendo nenhuma intervenção, vou pôr à votação.” -----

### **3.18. APROVAÇÃO DE ATAS** -----

#### **3.18.1. Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a catorze de março de dois mil e vinte e três – Ata número sete, de dois mil e vinte e três -----**

##### **3.18.1.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dos do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos e Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. --

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo -- -----

### **4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**4.1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 208/2023 – DTGE – relativa ao Festival Panda - Apoio logístico, financeiro e isenção de taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu tinha duas questões para colocar. A primeira, era se relativamente às sugestões de melhoria, em relação aos pilaretes fixos que não permitem a entrada de uma ambulância, se houve alguma alteração relativamente a isto. -----

----- Depois, era saber se quando pedem a disponibilização do parque de estacionamento anexo ao Estádio Municipal, se a Parques Tejo já deu essa autorização, porque aquele parque de estacionamento, há um protocolo com o Hospital da Luz de Oeiras, em que os funcionários pagam para estacionar lá. Gostava de saber, caso tenha sido dada essa autorização, qual é que é a solução para esta questão.-----

----- Obrigada.” -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----O Festival Panda é já um evento com alguma tradição no nosso Concelho. É certamente bem-vindo para mais uma edição que trará muitos sorrisos às nossas crianças e também às suas famílias. -----

-----Em relação à proposta, gostaria de saudar a colocação de relatórios nos documentos que chegam a esta Assembleia, que certamente são um ponto a ter em conta na avaliação da isenção de taxas e também de todas as nuances deste acordo que foi celebrado com a promotora Lemon Ibéria. Ao fim de contas, o investimento do Município ronda vinte e cinco por cento do investimento total deste festival. Não podíamos também de deixar de referir o positivo aumento do número de bilhetes para crianças residentes nos bairros municipais e lembrar que em reunião de Câmara colocámos um desafio ao Executivo. Este desafio estende-se também ao promotor: falamos da possibilidade de existirem percursos de autocarro que liguem a estação de comboios de Paço de Arcos ao evento, que se realiza no Parque dos Poetas e no Estádio Municipal. Entendemos ser fundamental disponibilizar opções mais sustentáveis a quem nos visita, até porque isso significa também, reduzir os possíveis problemas de estacionamento que podem surgir nas várias zonas envolventes, nos dias do evento. -----

-----Além disso, no ano passado houve falhas que denunciámos na Assembleia, relativamente ao material de promoção do evento, que nalguns casos não fazia a menção do apoio da Câmara Municipal. O assunto foi assumido, que seria um ponto a melhorar nesta edição. Esperamos assim que seja lembrado. -----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----A minha intervenção não vai ser muito diferente das anteriores, considerando que toda





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a gente já sabe que a Iniciativa Liberal considera este tipo de isenções uma discriminação, em relação a todas as outras iniciativas, que supostamente estão dentro de um âmbito que a Câmara Municipal entende apoiar, mas que efetivamente só apoia algumas. O caso do Festival Panda (que é o que estamos a tratar neste momento), teve uma novidade este ano. É que além do apoio todo financeiro que é dado, de logística, de segurança, reportagem fotográfica, a cedência dos espaços (nomeadamente o estádio e o Parque dos Poetas), a contrapartida de tudo isto que é dado ao promotor do Festival Panda, a contrapartida que o promotor dá, é um desconto de vinte por cento aos funcionários da Câmara, que apresentem o dito cartão, de como são funcionários da Câmara (de vinte por cento). Além disso, dão os novecentos bilhetes às famílias dos bairros municipais (medida sobre a qual não temos nada a opor), mas depois há a referência a quatrocentos e cinquenta bilhetes, que não se sabe nem para quem vão, nem a que título são dados, etc. Considerando que esta contrapartida é paga com o dinheiro dos contribuintes, gostava imenso que o Executivo clarificasse para quem é que são estes quatrocentos e cinquenta bilhetes, de que forma é que vão ser atribuídos, que requisitos é que estas pessoas têm de ter para serem consideradas, para receberem os bilhetes e já agora, mais uma vez salientar que esta medida continua a ser discriminatória (há um ano que estamos a alertar para isto) e há um ano que a Câmara insiste em manter este procedimento. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. -----

----- Os bilhetes que são atribuídos pela Câmara, são atribuídos essencialmente a crianças oriundas de famílias carenciadas do Concelho, de bairros municipais e em função dos pedidos que chegam à Câmara Municipal. Se a Senhora Deputada tiver um outro critério que não este, é sempre bem-vindo. Do seu tempo? Vou continuar a responder aos outros deputados municipais. -----

----- Quanto à questão das taxas, naturalmente que como é conhecido, o universo tem um

entendimento diferente do entendimento da Iniciativa Liberal. A Iniciativa Liberal acredita que não devem existir taxas, o universo entende que devem existir taxas, como uma medida normal de utilização de um espaço do Município e o Município, os seus correspondentes órgãos, têm o poder de isentar ou não, as taxas de um evento, como isentam ou não, taxas em toda e qualquer outra circunstância. -----

-----Quanto à questão dos relatórios, naturalmente que como eu já tinha dito noutras ocasiões, sempre que há um evento apoiado pelo Município, os serviços fazem um relatório sobre como correu esse evento. Há coisas menos boas e coisas melhores. Sobre a questão da ambulância, se não há condições para entrar a ambulância no recinto, não é de um momento para o outro que nós vamos demolir parte do estádio, para o poder fazer. Nós montamos um aparelho de Segurança e de Proteção Civil, naturalmente com quem sabe mais do assunto do que nós (tecnicamente preparado), vistoriado pelas autoridades competentes e acompanhado pelas autoridades competentes. -----

-----Quanto à utilização do estacionamento, o estacionamento é do Município de Oeiras. Está entregue à gestão da Parques Tejo, mas quando o Município precisa para um evento como é este, o estacionamento é entregue ao Município e este coloca-o para utilização do promotor, até porque o Panda todos os anos, desde dois mil e dez (por aí), creio que é dois mil e dez, a primeira edição foi em dois mil e sete.... É onze? Treze? Não, a primeira edição foi em dois mil e sete, chamada “O meu primeiro festival”. Depois é que se começou a chamar Festival... Depois esteve um ou dois anos fora e depois chamava-se “Festival Panda”. Desde dois mil e sete que o espaço “mutatis mutandi”, é aquele. O Município, os serviços estão mais do que habituados àquela organização. -----

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Então, por parte. Isto não é uma questão de se querer taxas ou não querer taxas. Isto é uma questão de se há taxas, então têm de ser aplicadas, ou então se querem isentar uns, têm de isentar todos. Há uma lógica aí de discriminação que está a ser seguida e que obviamente não deveria ser seguida. -----

----- Quanto aos bilhetes, de facto há, está expresso no contrato, novecentos bilhetes a dar a famílias dos bairros municipais e depois há quatrocentos e cinquenta bilhetes (isto é o que está no contrato), a dar à Câmara Municipal de Oeiras, que não diz para quem é que são. Se são para dar às pessoas carenciadas ou famílias numerosas, seja qual for o critério que a Câmara tenha (não é isso que está em causa), é informar as pessoas que podem ter acesso a esses bilhetes, mediante cumprirem determinados requisitos e prestando a informação de como é que podem solicitar esses bilhetes. Acho que essa parte, pelo menos que eu me tenha apercebido, não está, não é normalmente divulgada eficientemente, para que as pessoas tenham aceso a essa informação.

----- Era isto, muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, agradecia a sua ajuda para informar a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, que para decidir os critérios na gestão a quem atribui ou não isenção de taxas, tem que ganhar eleições. O seu entendimento não é suficiente para nos fazer governar de acordo com a sua intenção. A Senhora Deputada para poder decidir sobre isso, tem de ganhar eleições. Nós podemos discordar do critério, mas o critério do Executivo é este. Se quiser que seja diferente, tem que ganhar eleições. -----

----- Depois, não menospreze os seus munícipes. Olhe que eles sabem muito bem da questão dos bilhetes, porque os bilhetes não são suficientes em relação ao número de pedidos que recebemos todos os anos. Têm de ser rateados. É do conhecimento público. E em todos os eventos.”-- -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

-----“Gostava de completar apenas esta questão com o seguinte: o problema da isenção de taxas ou doutras decisões que tenham alguma margem de discricionariedade por parte da Câmara Municipal (e da Assembleia, naturalmente), obviamente que têm de ser ponderadas. Não é possível regular todas as situações da vida e portanto, a Câmara Municipal antes de propor a isenção de uma determinada atividade, de um determinado evento, pondera o interesse público desse evento, o impacto do mesmo no Concelho, o impacto do mesmo nas famílias ou nas crianças, enfim, quais são os benefícios, qual é a utilidade pública desse evento e em função disso, determina ou isenção.... Há eventos que são adquiridos na totalidade pela Câmara Municipal. Há eventos que custam milhares de euros, a Câmara Municipal contrata artistas por vinte mil euros, trinta mil euros, nas Festas do Concelho, é cem por cento. Não é o artista ou uma agência de entretenimento... por vezes é, há determinados concertos por esse país fora que são pagos, há uma organização e que não tem qualquer isenção, qualquer benefício. Há outros, que em função da sua utilidade, a Câmara pondera. Como a Câmara Municipal não tem competência por si só para isentar, precisa de apresentar à Assembleia Municipal. É por isso que a Senhora Deputada é deputada e enquanto deputada, vota a favor, vota contra ou abstém-se. Compete à Assembleia Municipal decidir se dá andamento ou não, àquilo que é uma proposta da Câmara Municipal. É assim que as coisas funcionam. Se a Senhora Deputada não está de acordo, vota contra e diz quais são os argumentos. Não é dizer porque é que um é isento e o outro não é isento. Se há alguns que são isentos e outros não são, é por uma razão muito simples: é porque a Câmara ponderou, de acordo com o seu critério, se devia ser isento, ou não devia ser isento. Compete agora à Assembleia Municipal estar de acordo ou não, com aquilo que a Câmara Municipal decidiu. É assim. Porque nós sabemos que é muito difícil, em determinadas situações, estabelecer um regulamento: “este evento é isento de taxa, aquele não é, o outro é isento, aquele não é”. Se o evento é puramente comercial, se nos vêm apresentar, por exemplo, a apresentação de um automóvel da Mercedes, no Forte de São Julião da Barra, ou no Palácio do Marquês, obviamente que pagam a tarifa, pagam a taxa.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ainda ontem de manhã me foi apresentada uma proposta para realizar um filme ali no Palácio da Flor da Murta. Dirigiram-se à Parques Tejo, que é quem administra, que pediu quatro mil... a Parques Tejo não, a Oeiras Viva, que pediu quatro mil euros. Vieram à Câmara Municipal para ver se a Câmara pagava os quatro mil euros. Eu próprio (e é por isso que sou o Presidente da Câmara) ponderei e vi que não tinha qualquer interesse para o Município, não tinha nenhuma relação para o Município. Aquele filme tanto pode ser feito no Palácio da Flor da Murta, como no Palácio do Duque de Bragança, em Bragança e obviamente que disse logo liminarmente: “não, não há qualquer apoio da Câmara Municipal”. É assim que as coisas funcionam. Esta ideia de querer controlar tudo, é mesmo ideia da Iniciativa Liberal. O controlo do cidadão. Não são só vocês, não é só a extrema esquerda. É o controlo, é o “big brother” do cidadão. A Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, os vereadores, os dirigentes da Câmara, etc., têm determinada margem de discricionariedade para apresentar uma determinada situação, se deve ter este ou aquele tratamento. Se fosse tudo resolvido através da informática, não precisávamos de ter aqui deputados, nem precisávamos de ter vereadores. Por enquanto, a vida ainda exige que as pessoas tomem algumas decisões, não é tudo a máquina. Qualquer pessoa de bom-senso num cargo que tem de tomar estas decisões, toma-as de acordo exatamente com o bom-senso e com aquilo que é o lugar comum, aquilo que qualquer cidadão minimamente responsável pensa. É assim que isto funciona. Não é possível, não é possível dizer: “todos estes eventos são isentos, aqueles não são isentos” ... não. É fácil ver... Há zonas de fronteira onde é mais difícil e é nessas zonas de fronteira que vem à Assembleia Municipal, porque se não for isento, não precisa de vir. Só vem cá no caso de isenção, porque é uma exceção. Se é uma exceção, ela já foi ponderada como exceção pela Câmara Municipal. Se não fosse exceção, não vinha à Assembleia Municipal. É exceção, vem ao escrutínio da Assembleia Municipal. É assim que isto funciona. -----

----- Muito obrigado.”-----

### 4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 44/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 208/2023 – DTGE – FESTIVAL PANDA – APOIO LOGÍSTICO, FINANCEIRO E ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número vinte e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de março, e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, aprovar a emissão das licenças camarárias necessárias para a realização da edição do Festival Panda de dois mil e vinte e três, nos dias trinta de junho, um e dois de julho, como recinto, ruído e subsequente isenção da taxa referente à colocação de sinalética na via pública (publicidade e poste para colocação), no valor estimado de dezoito mil setecentos euros e sessenta cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.1.1.1. O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto: ----**

----- “Para a realização dos eventos, o Executivo dá apoios, nomeadamente subsídios e é um todo. A questão das taxas, são aqui colocadas a isenção porque o Executivo é obrigado a fazê-lo pelo Regulamento. É conhecida a posição da CDU sobre esta matéria. A CDU defende que as taxas devem ser pagas por todos, para arranjar um critério e registados os valores cobrados. Depois,

a Câmara tem a possibilidade, estamos fartos de dizer isto, nunca foi... embora a Câmara às vezes até dê ideia que estaria de acordo, mas depois voltamos sempre ao mesmo. A verdade é que todos pagando e registrando-se os seus valores, são receitas para a Câmara, o que não quer dizer que a Câmara ao atribuir os subsídios, não pode incluir o valor que dispensaria a isenção de taxas, portanto, pode-o fazer em justiça. Agora há a necessidade de fazer a cobrança dos valores, serem registados e entrarem na contabilidade. Outra coisa é a totalidade dos subsídios dados pela Câmara, se achar justo, que deve isentar as taxas. Isso é outra questão.” -----

**4.1.1.2. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de Voto:-----**

-----“Apenas e só para que conste em ata que o Partido Chega votou a favor, porque as contrapartidas são adequadas relativamente às isenções. -----

-----Era só isto. Disse.” -----

**4.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 209/2023 – DTGE – relativa ao Festival Jardins do Marquês - Apoio logístico, financeiro e isenção de taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----**

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Vou retomar ainda uma coisa que o Senhor Presidente acabou de dizer, para o relembrar (que acho que o Senhor Presidente não está recordado) que há um ano, aqui gravado em vídeo, portanto pode ser confirmado, o Senhor Presidente disse que todas as iniciativas (e eu até vou ler, para ter a certeza que não me estou a esquecer de nada) “no âmbito da cultura, ciência, tempos livres e desporto, estavam isentas de taxas”. Há um Regulamento onde as taxas estão descritas, onde está uma suposta obrigatoriedade de as cobrar às entidades que solicitem determinados serviços, ou a eliminação de determinados obstáculos, licenciamentos ou o que quer que seja e que todas as entidades têm de pagar, exceto aquelas que vêm aqui pedir a isenção. Isso





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é discriminatório e sim, a Iniciativa Liberal não acredita que possa caber a um Presidente de Câmara, a decisão exclusiva de decidir aquilo que é ou não é interessante para o Município, considerando aquilo que está aqui em causa, que é todas estas atividades têm uma lógica associada, uma lógica comercial, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente disse ainda agora, de que a atividades puramente comerciais, já não se deveria aplicar a isenção de taxas. -----

----- Eu vou recordar que relativamente a este Festival dos Jardins do Marquês do ano passado, houve um custo total de cerca de setecentos e oitenta mil euros, dos quais o Município participou quarenta por cento, à volta dos trezentos mil euros. A receita (e foram números redondos, porque infelizmente os relatórios dizem algumas coisas, mas não dizem aquilo que é interessante saber, que é a receita e a forma como o festival impactou o Município, nada disso é referido nos relatórios que são apresentados), mas números redondos feitos aos bilhetes, que lá são referidos como tendo sido vendidos, a receita ronda um milhão e duzentos mil euros, o que significa que o promotor em causa teve um lucro (números redondos mais uma vez e sem grande exatidão, porque falta de facto a receita no relatório apresentado) de cerca de setecentos e oitenta mil euros. Se isto não é uma atividade puramente comercial, então não sei o que é que será.

----- Muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente e sem me querer intrometer aqui num debate entre a Iniciativa Liberal e o Executivo, queria dizer que nós em relação a esta proposta concreta de isenção de taxas, sobretudo quando comparada com a anterior, também temos mais dúvidas.--

----- O nosso critério para avaliar o mérito destas isenções de taxas é sempre o que é que o evento devolve aos nossos concidadãos. Aqui o que vemos é, como já foi referido, uma grande participação da Câmara Municipal no investimento necessário (outra vez este ano) para a realização do evento, mas não vemos o mesmo tipo de retorno para a população que vimos por exemplo na proposta anterior. -----

-----Para além desta questão, também queremos referir que há aspetos negativos particulares relativamente à realização deste evento e que são responsabilidade da Câmara, nomeadamente questões de acessos pedonais por exemplo a falta de passadeira de peões, como é o caso da falta de uma passadeira que permitisse a passagem de um lado para outro na Rua do Aqueduto. Esperamos que a Câmara trabalhe para ajudar a resolver este tipo de problemas. -----

-----Como pontos positivos destacamos novamente a existência de um relatório referente à realização deste festival - algo que o ano passado o Grupo Político Evoluir Oeiras tinha insistido para que existisse, tanto para este festival como para todos os outros que são realizados em Oeiras - e acompanhamos as necessidades de melhoria que nele são elencadas. -----

-----Desse relatório, queremos destacar muito particularmente o ponto que refere a “Ausência de um regulamento de utilização da Quinta de Cima”, algo que é também referido nas sugestões de melhoria do próprio relatório. Isto é algo que o nosso grupo político também tem vindo a dizer desde que fomos eleitos para esta Assembleia Municipal. Já apresentámos esta ideia que foi rejeitada em reunião de Câmara Municipal e a única justificação que nós vemos, a única suposição que se encontra para esta rejeição, é porque continua a “dar jeito” fazer ações ad hoc neste espaço, mesmo sendo ele uma zona que deveria ser protegida, que está ao cuidado e que é responsabilidade do Município. -----

-----Por fim (e uma vez mais e isto é um fator que é transversal a muitos dos festivais que são realizados no Concelho e não é por acaso, é porque é transversal a todas as dimensões na vida no Concelho de Oeiras), acrescentamos que seria positivo a Câmara trabalhar em conjunto com os promotores do festival numa melhoria nos meios de transporte coletivo, de e para o festival. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, deixem-me começar por dizer-vos o seguinte: não me espanta de que grupos políticos vêm estas críticas. Deixem-me dizer-vos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma coisa: vocês não percebem o mínimo do que é que é a legitimidade política. Não percebem. Não sabem o que é legitimidade política. Começo por explicar aqui à Senhora Deputada Mariana Leitão (IL). Senhora Deputada, a senhora não tem legitimidade para interpretar o que é que é o interesse municipal. Quem preside ao Município (vocês têm que aprender a ler lei) é o Presidente da Câmara. Quem representa o Município é o Presidente de Câmara. Decorre assim das eleições. Quem o povo escolhe para governar, detém legitimidade para governar. É do exercício legítimo do poder, que decorre ou não a continuidade dos seus mandatos. Se o povo assim não quiser, ao fim de um tempo, manda o Presidente embora e o resto do Executivo. Agora, significa isto uma carta branca? Objetivamente que não, mas significa que é quem lidera o Município e quem tem legitimidade, que escolhe o caminho. Isto para explicar o que é que é legitimidade. Legitimidade é quem tem o poder do voto, dado pelo povo. Ponto prévio. -----

----- Sobre a questão das taxas, acreditava que estávamos conversados, mas depois de ouvir dizer que o empresário recebeu tanto, vendeu tanto dos bilhetes, teve “xis” de lucro (nem é de lucro, em princípio ainda paga impostos) ... Em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, onde é que estava a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)? Quando esses mesmos empresários tinham contraído empréstimos para pagar os contratos que já tinham celebrado para fazer os eventos e chegou uma pandemia e lhes cortou os eventos, onde é que estavam os senhores deputados? Onde é que está quem assume o risco no capitalismo? É que isto não se pode dizer que somos liberais, defender ideias de liberdade e economia, e depois quando se chega a estes momentos, ouvir este esmagar de tudo o que é iniciativa privada e do que é que é o empresário. O empresário recebeu tanto da Câmara e vendeu os bilhetes por tanto. Como tal, deve ter ganho isto.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Tem que ter prejuízo.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

-----“O lucro é uma abjeção. Eu esperava que da extrema esquerda viessem ideias desta natureza, agora quando a Iniciativa Liberal nos diz isto, vale tudo Senhora Deputada. Vale tudo.

-----Sobre o evento Jardins do Marquês, “não percebemos o que é que ele traz para a Câmara”. Simples. Evidentemente que a Câmara e o Executivo - e como o pelouro é meu, Senhor Presidente eu assumo as minhas responsabilidades- ..., nós é que há muito, devíamos ter preparado para cada um destes eventos, um estudo de impacto económico. Por acaso nós temos do Alive, já. Temos do Alive, mas devemos fazer para cada um destes, porque Vossas Excelências negam o óbvio, o óbvio. É claro que quando transportado para números e tornando objetiva a leitura, a coisa simplifica-se, mas quem tem acesso à comunicação social e vê o nível de exposição que estes eventos conseguem, percebe a importância de os ter no Concelho. Quando nós percebemos o mapa, ou o puzzle de eventos que Oeiras foi capaz de construir (e entre eles está naturalmente o Alive, os Jardins do Marquês, o Out Jazz, o Panda, as Festas do Concelho) ... Não é por acaso, que as Festas do Concelho assumiram a riqueza cultural que assumiram nos últimos anos. Nós não contratamos os artistas que gostamos, contratamos a oferta que entendemos ser atraente para o nosso povo, para o povo do nosso Concelho e para trazer gente de outros concelhos para cá. Naturalmente, não estão a imaginar que nós lidamos com isto com amadorismo, ou sem saber o que é que andamos a tentar captar. O que nós estamos a construir é uma marca, o que nós estamos a fazer é projetar a imagem do Concelho também com estes eventos. Penitencio-me novamente, Senhor Presidente, é preciso ter um estudo de impacto económico de cada um destes eventos, para que se perceba o óbvio e se perceba porque é que nós os trazemos para o nosso Concelho e a mais valia que este género de eventos e que este género de turismo nos traz. -----

-----Muito obrigado.-----

-----Senhor Presidente, não sei se quer dizer alguma coisa?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

-----“Não.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) pediu de novo a palavra.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pedi sim. Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- É só porque o Senhor Vice-Presidente começou a intervenção de uma forma um “bocadinho”. Aliás, a lembrar um “bocadinho” as intervenções do Senhor Presidente, sempre que fala no assunto da legitimidade política. Porque quem não compreende a legitimidade política nesta Assembleia Municipal, são os senhores. Se é verdade que vocês têm legitimidade do voto, que é um voto maioritário e que toda a gente reconhece, não há nenhuma extrema esquerda aqui com tochas, aquele fantasma que vocês tentam levantar, não há aqui nada disso. Pelo menos deste lado, não há aqui nada disso. Mas aquilo que os Senhores Presidente e o Senhor Vice-Presidente e a bancada do IN-OV muitas vezes se esquece, é que nós também estamos aqui eleitos com votos. Nós também temos legitimidade política para estar aqui a fazer perguntas, para vos escrutinar, para vos perguntar porque é que fizeram assim, porque é que não fizeram assado, se achámos que deviam ter feito cozido, para dizer que deviam ter feito cozido e tudo isto é do mais natural e normal funcionamento democrático. Portanto, as intervenções iradas que Vossas Excelências fazem frequentemente daí quando são confrontados com perguntas, revelam falta de compreensão sobre legitimidade política da vossa parte e sinceramente, a cultura democrática também poderia estar em níveis um “bocadinho” mais altos, em vez daquilo com que somos frequentemente brindados nesta Assembleia Municipal. Seria bom terem atenção a isso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) pediu intervenção. Quer falar agora Senhor Presidente, ou depois da Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)?”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----

-----“Pode ser já. -----

-----Senhora Presidente, senhores deputados, é só para dizer que a ira às vezes é fundamentada.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Dos ofendidos”. -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-

-----“Mas é engraçado que as pessoas às vezes veem-se ao espelho. Eu não vi ira nenhuma aqui hoje, isto hoje tem estado tão tranquilo, não é? Não sei onde é que o Senhor Deputado foi ver a ira. No que diz respeito à legitimidade política, é claro, há a legitimidade política de um voto e há a legitimidade política de trinta votos. Claro que todos têm legitimidade política, não é isso que está em causa, mas há uns que têm legitimidade política para interpretar o interesse público e o interesse municipal, há outros que têm legitimidade política na mesma, para contestar a interpretação que é feita pela maioria. Claro que legitimidade todos têm, porque todos somos eleitos. Não vale a pena estarmos aqui a dar lições uns aos outros, nessa matéria. Quanto à ira, não vejo porque só veem a ira deste lado. Quando vocês... ali a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) tem um dom, muito parecido comigo, aliás. Quando me entusiasmo... para já não falar ali na Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). Quando me entusiasmo, o meu tom de voz sobe dois ou três decibéis, ali a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) começa logo no máximo. Portanto, esta coisa da ira, tenham paciência, não vale a pena vir com esses argumentos.”-----

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Eu já chego ao.... Tenho só três minutos em cada ponto da Ordem de Trabalhos, mas tenho sempre de guardar tempo para o fim, porque a deturpação é de tal ordem, que sinto essa necessidade. E mais uma vez confirmou-se. Há uma deturpação completa e absoluta daquilo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eu disse, nomeadamente acharem que estou a fazer um ataque à iniciativa privada. Mas não deixa de ser curioso ver o Senhor Vice-Presidente, que conforme os temas, ora acusa a Iniciativa Liberal de só defender a iniciativa privada, ou agora de vir acusar a Iniciativa Liberal, de estar contra a iniciativa privada. Portanto entenda-se, se calhar, antes de intervir, em qual das modalidades é que prefere jogar. -----

----- Outra coisa, já agora aproveitava para questionar quanto à legitimidade. É engraçado que a legitimidade do voto é sem dúvida igual para todos, independentemente do número de votos, Senhor Presidente. Desculpe. A questão é em termos dos lugares que ocupamos. Com certeza que sim... Eu ocupo um lugar de Deputada da Assembleia Municipal, os senhores ocupam o lugar de Vereadores, de Presidente e de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, atenção ao seu tempo.” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** terminou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Vou já terminar. Só para fazer uma pergunta que é: quando o Governo descentraliza às três pancadas, o Senhor Presidente também não gosta, pois não? E também se insurge, não insurge? E também questiona. E também levanta problemas. E também tenta obter respostas. Ora é exatamente a mesma coisa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Vamos passar à votação da proposta número duzentos e nove, relativa ao Festival Jardins do Marquês, apoio logístico, financeiro e isenção de taxas. -----

----- Quem vota contra? Está distraída... Não vota? Senhora Deputada, deve-me esta... (risos).” -----

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte:-----

-----“Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Bem... quem se abstém? Pronto. Está, portanto, aprovada com um voto contra da Iniciativa Liberal e cinco abstenções, do Evoluir e da CDU.”-----

#### **4.2.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Antunes), com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 45/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 209/2023 – DTGE – FESTIVAL JARDINS DO MARQUÊS – APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO E ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número trinta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de março, e deliberou por maioria com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e duas da Coligação Democrática Unitária, aprovar a emissão das licenças camarárias necessárias para a realização da Terceira Edição do Festival Jardins do Marquês – Oeiras Valley, nos Jardins do Palácio Marquês de Pombal, durante sete dias entre vinte e sete de junho a cinco de julho de dois mil e vinte e três e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas licenças, no valor estimado de quatro mil seiscientos e doze euros e quarenta e quatro cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“E passamos para o ponto seguinte, que é o terceiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos, a proposta número duzentos e vinte, relativa à alienação em hasta pública de um prédio sito em Paço de Arcos, ex-CNP, alteração à deliberação número quatrocentos e quarenta, de dois mil e vinte e dois, de vinte e cinco de maio.”-----

**4.2.2. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: -**

-----“Senhora Presidente, posso fazer um Ponto de Ordem à Mesa, se faz favor?-----

-----Nós temos mais uma proposta que diz respeito à isenção de taxas, para votar. Podemos fazer o seguimento da discussão, agora toda seguida e depois mudarmos o assunto para a última proposta?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Não tem problema nenhum. Se preferem, vamos a outra isenção de taxas.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Acho que assim até intercalava, mas enfim. -----

-----Há mais duas propostas de isenção de taxas.”-----

**4.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 225/2023 – DTGE – relativa ao Festival Out Jazz 2023 - Pedido de apoio logístico, financeiro e isenção de taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----**

-----O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Já agora, em sintonia dos outros pontos atrás, ainda sobre as taxas. Evidentemente que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a Câmara também não é nenhuma associação de caridade. Era bom que isto ficasse claro. Agora uma coisa é certa: todos estes eventos são lucrativos. Esta é que é a realidade. Pronto. -----

----- A outra questão que queria aqui colocar é assim: o porquê de cada vez que há esse tipo de iniciativas (e a gente vai vendo ao longo dos anos), é tudo na orla ribeirinha? Da A Cinco para o interior, está esquecido. Porque é que também não é feita essa avaliação? O interior também é Concelho. Tudo, o Jazz é aqui, o Panda é aqui, é tudo aqui na orla ribeirinha. A orla ribeirinha não é o Concelho só.-----

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde novamente. -----

----- No relatório referente a dois mil e vinte e dois achamos que a Câmara faria bem em ter em conta - para esta edição de dois mil e vinte e três - os próprios aspetos que elenca como pontos a melhorar e trabalhá-los em conjunto com o promotor, nomeadamente: -----

----- Os sanitários portáteis terem-se revelado insuficientes e localizarem-se longe das áreas dos concertos, principalmente no Parque dos Poetas e nos jardins do Palácio Marquês de Pombal. Isto levou a que alguns arbustos destes recintos se transformassem em casas de banho em dois mil e vinte e dois, esperemos que não se repita em dois mil e vinte e três. -----

----- A grande afluência de espectadores no primeiro concerto no Parque dos Poetas fez com que fosse posteriormente proibida a entrada de vidro, nomeadamente garrafas de vidro, no recinto nos seguintes concertos, mas este controlo falhou e houve abundância de garrafas de vidro nos recintos onde o Outjazz se realizou a seguir e em particular no Parque Urbano de Miraflores houve mesmo total ausência de controlo à entrada e à saída.-----

----- Outro aspeto, é que dada a impossibilidade de colocação de estacas nos relvados, utilizaram-se contrapesos que tinham de ser removidos destes mesmos relvados todos os domingos e posteriormente recolocados no local, envolvendo cada uma destas operações (para além de todo

o trabalho que isto acarreta) encher os ditos contrapesos com cerca de mil litros de água na véspera do evento, o que acarreta um desperdício de água desnecessário.-----

-----Na sugestão de melhorias o relatório identifica ainda:-----

-----A necessidade de aumentar e enriquecer a área de alimentação e de restauração do festival com estabelecimentos e foodtrucks do concelho e acrescentamos aqui a sugestão de procurar a inclusão de opções de comida vegetariana;-----

-----O promotor sugere também (à imagem do que acontece para muitos outros festivais) a criação de shuttles a partir das estações da CP até aos pontos do festival algo com que este grupo político concorda a cem por cento, tanto que o ano passado foi a nossa principal sugestão de melhoria e que esperamos que a Câmara, este ano, finalmente execute.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer usar da palavra sobre isto? Quer? Faça favor.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Há muito a dizer sobre a A Cinco.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu, como residente a norte da A Cinco, deveria ficar ofendido com isso. Todavia, como sei que o Sete Sóis Sete Luas se realiza na Fábrica da Pólvora de Barcarena há muitos anos, no Concelho de Oeiras; como sei que desde há dois anos, adotámos a estratégia de realizar concertos que encarecem as Festas do Concelho, mas realizar concertos por exemplo no Taguspark para aproximar a realização dos concertos da população do norte, da zona norte do Concelho; como sei que por exemplo as Festas da Nossa Senhora da Rocha estão a ser altamente beneficiadas e tem havido uma aposta forte naquelas festas, que são as festas mais antigas do Concelho de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras e que também são a norte da A Cinco; como sei que na Praça Restani, desde a inauguração que temos vindo a realizar concertos naquele espaço, de modo a desde o início, trazer pessoas para aquele espaço. Como sabemos tudo isto, sabemos que ainda que pareça que não acontecem coisas a norte da A Cinco, a verdade é que acontecem e muitas. O Senhor Presidente está-me aqui, para não me esquecer... que este ano as festas das freguesias do Concelho serão apoiadas pela Câmara, em vinte mil euros cada uma delas. Aproveito para convidar os senhores deputados (visto que parece que há alguns que não terão ido) a visitar por exemplo as magníficas festas da Freguesia de Barcarena, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, onde almocei no ano passado com todos os presidentes de junta e estavam absolutamente maravilhosas. Já falei das Festas da Nossa Senhora da Rocha, das Festas de Queijas que têm agora milhares de pessoas, em Porto Salvo, em Paço de Arcos (Paço de Arcos já não posso falar, porque é a sul da A Cinco), mas a verdade é que esse argumento não é válido. Esse argumento pura e simplesmente não é válido. Há muita atividade cultural a norte da A Cinco. Os senhores presidentes de freguesia e de união de freguesia sabem isto, têm feito muito pela atividade cultural junto das suas populações e a Câmara tem apoiado em toda a linha. -----

----- Depois, sobre o Out Jazz. Não esquecer que o Out Jaz é um evento privado, de um promotor privado. O Município apoia nos termos do que está contratualizado, mas há certas inovações, por exemplo da questão da colocação de “food trucks”, do tipo de alimentação e de oferta de alimentação dentro do recinto (também acho que poderia melhorar substancialmente), mas tem que o promotor fazer isso. Também dizer o seguinte: o primeiro ano do Out Jazz no Concelho de Oeiras também foi um ano de teste, porque mudou para cá para o Concelho. Apenas dizer que concordo consigo com duas coisas. A primeira é que tem que haver melhor transporte para os locais dos eventos (até para evitar a aglomeração de estacionamento, que aconteceu por exemplo junto ao Parque dos Poetas) e depois, que o controlo das garrafas de vidro nas entradas é um dado objetivo. Não é aceitável que entrem garrafas de vidro para dentro de um recinto de um

concerto, porque os riscos são um dado objetivo.-----

-----É só, Senhora Presidente.-----

-----Já agora, para terminar, convido novamente os senhores deputados a irem a norte da A Cinco, aos extraordinários eventos culturais que lá se passam. Consultem a programação das Festas do Concelho porque têm onde ir.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

#### **4.3.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro).-----

----- O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 46/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 225/2023 – DTGE – FESTIVAL OUT JAZZ 2023 – PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO, FINANCEIRO E ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e vinte e cinco barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de março, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, aprovar a emissão das licenças camarárias necessárias para a realização do Festival Out Jazz dois mil e vinte e três e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor estimado de cinco mil setecentos e noventa e sete euros e setenta e cinco cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 226/2023 – UPAG – relativa à Isenção do pagamento de taxas aos operadores do Mercado de Algés (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----**

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Só para dizer que neste caso em concreto, considerando que os lojistas em causa foram prejudicados, por situações que lhes são completamente alheias, iremos votar favoravelmente esta proposta.---

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) observou o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----“Nós estamos de acordo com essa isenção de pagamento de taxas dos operadores do mercado, mas também gostaríamos de saber como é que está a ser dado o apoio aos restantes comerciantes e não só, aos moradores que também foram afetados pelas cheias.” -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Como sabemos, a zona envolvente do Mercado de Algés foi um dos locais altamente fustigados pelas cheias de dezembro e consequência dessas intempéries, foi a destruição de bens e equipamentos como os expositores frigoríficos, e outra consequência imediata foi o seu encerramento. Segundo a proposta de deliberação, há zonas do mercado que estão a ser alvo de restauro e só terão a sua reabertura em abril, ou seja, neste mês. -----

-----Pergunto assim ao Executivo: que tipo de apoios foram dados a estes comerciantes? Restauros e isenções de taxas são mais do que obrigação deste Executivo, visto que o mercado





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é municipal e por isso cabe ao Município providenciar condições para a realização da sua atividade económica. Estamos perante um encerramento de quase cinco meses. Procurei informações sobre apoios financeiros no Mercado de Algés e só encontrei referências à restauração. Gostaria de saber se existirá alguma compensação financeira para estes comerciantes, que estão há cinco meses sem realizar a sua atividade económica. Pronto. Isto além da isenção de taxas e da reparação dos expositores frigoríficos.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Como é natural, há pouco estava a pensar a propósito da A Cinco. Como viram, o difícil não é responder, o difícil é perguntar, já dizia o Agostinho da Silva. Quando se faz uma pergunta e dá margem a que quem responde faça um brilharete, perguntas dessas é que são boas. Isto é como o jogo de xadrez: quando se está a jogar xadrez, tem que se pensar na movimentação das peças, depois de outras peças serem mudadas e tal.-----

----- Em relação aos comerciantes, a Câmara Municipal está a apoiar todos os comerciantes. Todos os comerciantes que têm apresentado processos e pedidos, todos são apoiados. Neste momento, há pelo menos cerca de vinte que já receberam os apoios da Câmara Municipal. Continuamos a fazer o apuramento de prejuízos, relativamente a todos aqueles que apresentam, naturalmente. No caso do mercado em concreto, do Mercado de Algés, houve dois grandes lesados e é por isso que há lá comerciantes que não tiveram prejuízo. Um vendedor de peixe, se não teve prejuízo no peixe, ou se não teve prejuízo na hortaliça, não tem que ser indemnizado. Mas mesmo esses, se apresentarem o pedido, a Câmara Municipal indemniza. Acontece que os grandes prejudicados, com as cheias no Mercado de Algés, foi um operador que está lá de restauração (como sabem, é uma concessão que tem aqueles restaurantes todos) e foi a Câmara Municipal, a própria Câmara, que é digamos o gestor do mercado. Relativamente aos vendedores de peixe, de hortaliça ou de carne, etc., as câmaras que porventura ficaram... as câmaras frigoríficas ou outras coisas que estavam na cave do mercado e que eram da Câmara Municipal, naturalmente que a

Câmara teve que repor essa situação e fazer as respetivas obras. Relativamente à parte do privado, em que o prejuízo foi essencialmente em caves, que também tinham lá diverso equipamento frigorífico e por isso mesmo, se não estou em erro, já recebeu cerca de cento e tal mil euros, não posso precisar exatamente o número rigoroso, mas julgo que até agora, foi aquele que recebeu maior indemnização.-----

-----Portanto, todos estão a receber indemnizações, desde que apresentem os.... Nalguns casos, até é a Câmara Municipal que estava a ir ter com eles, alguns que ainda não apresentaram (e porque é que não apresentaram) e alguns que não apresentam, porque não têm condições de apresentar. Alguns não têm a contabilidade devidamente organizada, enfim, ou algum problema. Nesses casos torna-se mais difícil, mas o que posso aqui garantir é que todos aqueles que expõem o problema à Câmara Municipal, são indemnizados.-----

-----Mesmo ao nível da habitação, está ser feito um... das habitações que viviam em caves, famílias que viviam em caves naquela zona, todas essas situações estão a ser devidamente identificadas, no sentido de poder... houve apoios imediatos na altura, mas obviamente que terá havido famílias que tiveram prejuízos nalguns equipamentos e tudo isso está a ser devidamente avaliado e as famílias serão devidamente indemnizadas. Nessa matéria, as coisas estão a correr bem e não tenho conhecimento de nenhuma reclamação, não chegou pelo menos até agora nenhuma reclamação. Se chegar, a Câmara Municipal atendê-las-á. -----

-----Muito obrigado.” -----

#### **4.4.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- O Senhor Deputado Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 47/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 226/2023 – UPAG – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS AOS OPERADORES DO MERCADO DE ALGÉS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e vinte e seis barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e sete da

Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, autorizar a isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação das Bancas números noventa e sete, noventa e oito, noventa e nove, cem e cento e um, do Mercado de Algés até efetiva colocação em funcionamento dos expositores frigoríficos (que ocorrerá previsivelmente no prazo de dois meses), em virtude de se encontrarem impossibilitados de exercer a sua atividade.

----- Esta isenção será, previsivelmente, no montante de oitocentos e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos (oitenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos vezes cinco bancas vezes dois meses).-----

-----A isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação das lojas dois, oito, nove e dez e das bancas números oitenta e um, oitenta e dois, oitenta e três e oitenta e quatro, do Mercado de Algés devido aos danos causados pela intempérie, sendo certo que apenas voltarão a reabrir no decorrer do próximo mês de abril. -----

-----A isenção será no montante de dois mil seiscentos e setenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos:-----

----- Lojas - quatrocentos e um euros e noventa e quatro cêntimos (loja dois) vezes dois meses mais duzentos e trinta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos (lojas oito, nove e dez) vezes três lojas vezes dois meses igual a dois mil duzentos e dezassete euros e sessenta cêntimos -----

-----Bancas - cinquenta e seis euros e noventa e oito cêntimos (por mês e por banca) vezes quatro bancas vezes dois meses igual a quatrocentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e quatro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 220/2023 – DP – relativa à Alienação em hasta pública de um prédio sito em Paço de Arcos, Ex- CNP - Alteração à Deliberação N.º 440/2022, de 25 de maio (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

----- O Senhor Deputado Rui Vieiro (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação a este tema, o Partido Socialista tem aqui uma má surpresa nesta proposta, mas reafirma que anteriormente também já tinha votado em abstenção, porque considera que todo o projeto em si que está inerente e que foi apresentado, é um projeto que talvez não seja do melhor interesse do Concelho de Oeiras. Mas não é isso que está aqui a ser discutido, nem é esta a questão em relação ao Partido Socialista. -----

----- As duas más surpresas que temos aqui nesta proposta são duas. -----

----- Primeiro, o baixar do preço. Como já viram a proposta, nós propusemos vender este espaço de catorze milhões, para dozes milhões quatrocentos e trinta, o que nos parece totalmente injustificado, tendo em conta a valorização constante, permanente e estratosférica do património imobiliário no Concelho de Oeiras, que todos nós, se formos proprietários, somos beneficiários. -

----- Segundo, desta proposta. O surgimento, dentro desta proposta, de um motel. Não, engano-me, um apartotel. Aqui vou fazer a pergunta, que é muito importante fazermos a pergunta: porque é que surgiu esta alteração no projeto e para que é que ela vem aqui? Isto para nós é totalmente surpreendente. Numa conta grosseira, tendo em conta a valorização dos terrenos, a Câmara Municipal devia, pelo menos, pedir nesta proposta quinze milhões de euros. Passo a explicar porquê. O Partido Socialista esteve presente na anterior hasta e efetivamente uma coisa é certa: as propostas, a hasta pública esteve deserta, mas não esteve vazia. Nas duas propostas, nas

duas hastas públicas, a sala (e eu aconselho realmente os deputados municipais e quem gostar, a ir a uma hasta pública, porque é um espetáculo que vale a pena ser observado) ficou deserta de propostas, mas não ficou vazia de gente. A sala estava cheia de pessoas interessadas naquele espaço. Estavam apenas, simplesmente (porque é dinheiro e o dinheiro é assim) a observar-se uns aos outros, para ver até que ponto... quem é que tinham como concorrentes nesta proposta. O Partido Socialista, quando observa estas situações e como é visto assim o delapidar... não é delapidar, esta forma de vender o património que nos choca, levanta-nos (só para terminar) uma questão: está a Câmara muito necessitada de dinheiro, para ter que vender a um preço mais baixo do que aquele que propõe? Primeira pergunta. -----

-----Segunda pergunta, que eu acho que é importante: não podemos esperar? Não podemos esperar pela valorização? -----

-----Terceira pergunta: o que é que vamos fazer com o dinheiro que vamos obter com esta venda? O que é que vamos fazer? Tem a Câmara um desígnio para gastar doze, catorze, como foi aqui com o Espargal? Claro que a Câmara tem direito, primeiro, a vender o espaço, que está nas suas competências e pode colocar o dinheiro que ganha nesta venda, no bolo total da sua gestão diária ou gestão dos seus orçamentos. Mas qualquer situação... Acho que nós devíamos aproveitar este dinheiro, já que vendemos um património municipal, aplicá-lo com outro propósito, um propósito grande, um objetivo que seja por todos nós compreendido. -----

-----Obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) referiu o seguinte: -----

-----“A CDU vai votar contra esta proposta independentemente de todas as considerações que se possam fazer, são todas legítimas, mas de qualquer maneira nós íamo-nos fixar numa questão prática. -----

-----Nós, independentemente se devia ser vendido por aquele preço, as considerações que aqui foram colocadas têm todo o cabimento. Mas estando as coisas no ponto em que estão e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estando nós de acordo, com o ponto de vista de que é importante haver ali um aparthotel, no sítio em que é para dinamizar como que apoio. Mas a verdade é que há terreno e há edificado, pelo que não devia ser entregue totalmente para aparthotel, mas sim, que uma parte, uma vez que é tão falada a necessidade de haver habitação, que a Câmara impusesse uma parte para construção para rendas ... pode não ter muita importância aquilo que nós estamos a dizer, mas de qualquer maneira também é só um minuto, não vou roubar mais tempo. -----

----- Em síntese, o que nós defendemos é que a Câmara tem condições para impor que uma parte do terreno e do edificado, seja destinado à construção de habitação, com rendas a custo controlado. E aqui também era um sinal de que estamos a falar nesse problema a nível total do Concelho, depois não podemos ter uma defesa desse ponto de vista para algumas coisas e outras já não termos esse princípio presente. Portanto, era um sinal de que era possível fazer ali a construção para por no mercado com custos controlados pela Câmara e nesse sentido, só nos resta votar contra a proposta.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Analisamos hoje, mais uma vez, a alienação em hasta pública de um prédio sito em Paço de Arcos, Ex-CNP - Companhia Nacional de Petroquímica e onde já funcionaram serviços técnicos da Câmara Municipal de Oeiras, e o motivo é porque as duas hastas públicas realizadas no ano passado ficaram desertas. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras começa por saudar desta vez a existência e disponibilização aos deputados de um Relatório da Comissão Municipal de Avaliações, o que antes não ocorreu. -----

----- Está o Município com esta venda a permitir a construção em leito de cheia. Neste caso oitenta apartamentos TDois a preços a rondar os seiscentos mil euros cada e mais um aparthotel e serviços, alterando-se os usos face às anteriores hastas públicas e percebe-se porquê. O PS já abordou e colocou a questão aqui e na verdade percebe-se porquê. É porque estas alterações que

estão previstas nesta hasta pública a atividade de “aparthotel” é uma atividade económica que pode ao abrigo da lei ser revertida para habitação mais tarde, pelo que estamos aqui a criar mais habitação no mercado privado a preços elevados, em vez de ser a Câmara Municipal a aproveitar este terreno municipal para construir habitação pública.-----

-----E vamos voltar a ouvi-lo dizer, Senhor Presidente, que o Município precisa de vender terrenos como este ou o do Espargal para ganhar muitos milhões que depois permitem construir noutras locais do Concelho (a norte da ACinco nas suas palavras). E é aqui que começa a primeira falácia, é que não há absolutamente prova nenhuma de que os catorze milhões da venda do terreno do Espargal tenham financiado qualquer construção de habitação ou estejam alocados em sede de Orçamento para o mesmo fim.-----

-----A segunda falácia é que todos o ouvimos constantemente dizer que não tem terrenos onde construir e o vemos esbracejar que precisa de desafetar a RAN, alegando interesse público para o fazer. Tem terrenos Senhor Presidente e está a vendê-los em hasta pública tornando-se um agente de especulação no Concelho!-----

-----Portanto, Senhor Presidente, nem gasta o dinheiro das hastas públicas em habitação nem utiliza o terreno e os sítios onde as pode construir.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras sabe bem que no Município o dinheiro não é o fator limitante, como aqui já foi abordado, o fator limitante, é sim, o terreno para construção e por isso Senhor Presidente conta com a nossa frontal oposição a rarefazer o fator limitante neste Concelho. Muito menos a um preço de setecentos e vinte e três euros por metro quadrado de terreno quando sabemos bem que o preço de mercado atual ronda o dobro deste valor.-----

-----Em termos de habitação pública como vemos neste exemplo, Isaltino Morais faz o mal e a caramunha. Muito obrigada.”-----

-----**A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte:-----

-----“Algumas das preocupações do PSD já foram trazidas aqui. A redução do preço de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

venda deste complexo, não nos parece justificável. Inclusivamente a alteração que houve para que se possa, num espaço que está reservado a serviços, construir um aparthotel, levanta-nos aqui algumas dúvidas. Até porque uma das sustentações para se fazer este aparthotel, tem a ver com o facto de nós termos ali um futuro centro de congressos. Ora pergunta o PSD, se efetivamente, o centro de congressos passará disto mesmo, de um futuro centro de congressos. Portanto, nós estamos a tomar decisões no presente, com base em perspetivas futuras que são incertas. Isto porque, efetivamente neste momento, aquilo que ali está e os valores que são necessários para acabar aquela obra, são perfeitamente incomportáveis para o Município, parece que estamos a dar um passo maior do que a nossa perna. Esperemos ouvir da parte do Senhor Presidente estas respostas, porque de facto nos levantam algumas questões e que gostaríamos de ver esclarecidas. Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre esta proposta? Não havendo mais inscrições, pergunto ao Senhor Presidente se quer usar da palavra.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “As razões por que esta proposta vem de novo à Assembleia Municipal têm a ver naturalmente, com o ajustamento do preço. Foi aberto um concurso, foi aberta uma hasta pública, sensivelmente à volta de catorze milhões de euros, o que dava cerca de quinhentos e treze euros/metro quadrado, em números redondos e a proposta que agora cá vem, é um ajustamento para cerca de quatrocentos e cinquenta e cinco euros/metro quadrado, portanto, menos cinquenta/sessenta euros o metro quadrado. Portanto, estamos a falar de um ajustamento de quinhentos e treze para quatrocentos e cinquenta e cinco, o que se traduz de catorze milhões para doze milhões. -----

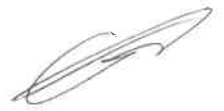
----- E porque razão é que se faz o abaixamento do preço? Eu quero dizer que nos termos da lei, a Câmara Municipal podia vender por este preço, abaixo do preço, porque o concurso ficou

deserto, a hasta pública ficou deserta e a Câmara Municipal poderia fazer uma venda direta, só que a Câmara Municipal não faz, nunca fez vendas diretas. E, portanto, entende, que é sempre mais transparente sujeitar-se ao mercado. -----

-----De maneira que, ficando deserta a hasta pública obviamente que faz todo o sentido que justamente pela evolução do mercado e naquela zona de facto, ainda não se vendeu terreno acima dos quinhentos euros/metro quadrado. Este é o conhecimento que a Câmara tem, não se vendeu terreno acima dos quinhentos euros e nós não estamos a falar aqui na Marginal, estamos a falar do extremo norte da Freguesia de Paço de Arcos. E, portanto, é disso que estamos a falar, junto à Quinta da Fonte, onde predominam os escritórios e alguma habitação no Torneiro, mas de facto em termos de valores de mercado, não ultrapassava os quinhentos euros/metro quadrado e o que se propõe aqui são quatrocentos e cinquenta e cinco. -----

-----É de total transparência por uma razão muito simples, porque na hasta pública os concorrentes, naturalmente fazem as suas ofertas e da experiência que temos com a venda do Espargal, que também começou num valor abaixo, na ordem dos doze milhões e chegou aos catorze e, portanto, foi justamente na disputa dos concorrentes que o mercado enfim, que os preços subiram. Portanto, é assim e no caso da hasta pública é a forma mais transparente de proceder à alienação de um bem como este. Portanto, é esta a razão e mesmo assim, devo dizer-vos que considero que mesmo os quatrocentos e cinquenta e cinco euros/metro quadrado, pelo conhecimento que eu tenho da zona, corremos ainda o risco de não ser muito apetecível este preço. Isto porque o terreno não está totalmente infraestruturado, portanto, precisa de infraestruturas intermédias, tem estrada naturalmente, mas depois precisa de infraestruturas. E, portanto, os preços que eu sei que se praticam ali, pode ainda não ser muito atrativo, mas vamos ver, o mercado dirá se é assim ou não é.-----

-----Quanto à questão, ao arrazoado que alguns, um ou outro Senhor Deputado aqui faz acerca da bondade da venda deste terreno, obviamente que não passa de um exercício de mera



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

hipocrisia. Isto é, quando alguns dizem: Bom, mas vender porquê, porque é que não se faz ali habitação pública. Bom, naturalmente, também repito aquilo parafraseando a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal (que não me está a ouvir), aquilo que em todas as reuniões de isenções se diz: Bom, a Câmara Municipal de Oeiras está neste momento, como é sabido, com um programa público de habitação, ou de habitação pública se quiserem, que é dos maiores do país a nível nacional e que está a atingir velocidade de cruzeiro. De maneira que, significa isto que ... olhem ainda hoje no Planeamento me sugeriram, justamente, a compra de um terreno que era da Cooperativa CHELAG, junto a Talaíde, Bairro dos Navegadores, depois tem aquela urbanização de Talaíde e do outro lado da estrada, havia um terreno da Cooperativa CHELAG que por razões de dificuldades financeiras, o banco tomou conta. É um terreno urbanizável, vejam bem, e que a Cooperativa comprou para fazer duzentos ou trezentos apartamentos. Entretanto, entrou numa situação financeira difícil e o banco tomou conta do terreno. -----

----- Entretanto, o Plano Diretor dois mil e quinze manteve aquela situação, mas depois veio a aplicação da REN e é uma zona de aquífero, ou seja, de repente o terreno passou a valer zero. E a Cooperativa vinha agora oferecê-lo à Câmara por setenta euros/metro quadrado e, se calhar, a Câmara vai comprar com a autorização desta Assembleia. Se esta Assembleia entender que é de comprar, iremos comprar esse terreno, mas não é para o aquífero. Não será para aquífero, será para fazer habitação pública. -----

----- Ora bem, façam as contas. São três hectares a setenta euros/metro quadrado, dois milhões e duzentos mil, vejam bem, com dois milhões e duzentos mil fazemos mais apartamentos do que faríamos se dedicássemos este a habitação pública, que só daria para fazer duzentos e oito apartamentos. Com os doze milhões de euros, volto ao mesmo, repito, Senhora Deputada, com doze milhões de euros, a Câmara Municipal compra terrenos para fazer seiscentos apartamentos. Eu julgo que qualquer pessoa normal, com o mínimo de lucidez, vê que esta é a política correta. Aliás, eu devo dizer que o próprio IHRU não há muitos anos vendeu um terreno também com dois

ou três hectares no Alto do Lagoal mesmo em frente à Cooperativa do Lagoal, que tem uma vista lindíssima sobre o Tejo e não fez habitação pública, vendeu, porque aquele terreno estava tão valorizado, com uma exposição tal, que com esse dinheiro o IRHU, por exemplo, está agora a comprar por trinta milhões (e não vale a pena, pois um destes dias os senhores saberão exatamente o número exato) ao Ministério da Defesa da Estação Rádio Naval.-----

-----Portanto, é uma boa política, se algum património que tem alguma dimensão, que pode ser rentabilizado de uma forma a permitir a compra de terreno depois mais barato, que nos permite ter, digamos, um fundo de terrenos para fazer habitação, porque nós não vamos ficar pelas mil e quinhentas casas que estão em andamento. Portanto, nós temos em andamento setecentas e quarenta, setecentas e cinquenta casas na área da renda apoiada e estão em andamento mais setecentas e cinquenta, à volta disso, setecentas e trinta de renda acessível, em Linda-a-Velha, portanto, isto perfaz mil e quinhentas casas, mas o nosso objetivo é disponibilizar nos próximos dez anos, três mil casas, porque consideramos que com três mil casas, o problema mais complicado do Concelho fica resolvido. Mas para isso, nós precisamos de arranjar terreno para mais mil e quinhentas casas, porque o que temos agora são terrenos residuais. Temos um terreno para uma moradia aqui, um terreno para um lote, por exemplo, temos ao pé do Bairro dos Navegadores um lote para oito apartamentos, quer dizer algumas coisas esparsas e cada vez mais há sempre situações de morosidade. Por exemplo, a Quinta da Maruja, em Linda-a-Velha, vejam bem, as dificuldades, que são quinze ou dezasseis apartamentos, deu entrada ontem uma providência cautelar, apresentada por alguém. Uma providência cautelar para suspender aquela obra e o Tribunal já mandou suspender a obra. Com base que será violado o artigo quarenta e oito ou cinquenta do RJEU. Por acaso, todos os técnicos da Câmara Municipal, juristas, arquitetos e engenheiros dizem que não há violação nenhuma, mas para apresentar uma providência cautelar, basta invocar a violação de lei. Depois na ação principal é que se vai ver se houve ou não houve, mas, entretanto, as coisas ficam paradas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Diz-se: “Um fundo imobiliário da Câmara, que garanta que este dinheiro é para a compra de terrenos a preços mais acessíveis”. Bom, naturalmente que é. É propósito da Câmara Municipal, comprar todos os terrenos que forem necessários para habitação pública, temos essa política. Mas, infelizmente ou felizmente, a lei não nos permite consignar receitas, portanto, não é possível a Câmara Municipal consignar receitas. A venda de qualquer património, entra no orçamento normal da Câmara Municipal. E obviamente que esse dinheiro entra e é utilizado para aquilo que é necessário. Agora, o que é importante é que nós tenhamos a consciência de que quanto maior a folga financeira tiver a Câmara Municipal, mais terrenos pode comprar. E aliás, eu devo dizer, não sei se sabem, mas a única Câmara Municipal, que nos últimos quinze anos, fez habitação de renda acessível, vejam bem, foi a Câmara de Oeiras. Nenhuma câmara deste país, nos últimos quinze anos fez habitação de renda acessível, mas a Câmara de Oeiras fez e já vamos com cerca de cem apartamentos e vamos chegar aos trezentos.-----

----- A habitação jovem, o que é a habitação jovem se não renda acessível? Rendas que variam justamente entre os duzentos e os seiscientos euros, enquanto que a renda apoiada, como sabem, varia entre os oito/nove euros e os trezentos e oitenta e neste momento temos três prédios que estavam degradados em recuperação para habitação jovem. E temos mais uma série deles para recuperar, portanto, em renda acessível. De maneira que, se comprávamos numa circunstância em que não havia financiamento, nós agora temos o financiamento e aí, por exemplo, é a dimensão da habitação que eu elogio no Governo. Como sabem já me demarqueei, enfim de uma forma bem expressiva, do chamado pacote de habitação, que acho que não vai funcionar. Mas em relação à habitação pública, seja renda apoiada, seja renda acessível... Renda apoiada é financiamento a fundo perdido do PRR, a renda acessível, pode ser financiada, mas com o empréstimo, mas que não conta para a capacidade de endividamento do Município, portanto, é uma situação muito parecida ao que era o PER. Obviamente, que a Câmara Municipal vai aproveitar esta oportunidade. Portanto, em breve, nós iremos lançar... porque a renda acessível que vai ser lançada é do IRHU,

é da responsabilidade do IRHU, mas a Câmara de Oeiras vai fazer aquilo que julgo que só a Câmara de Lisboa está disponível para fazer, porque eu já falei com os meus colegas aqui à volta e todos acham que a renda acessível, o IRHU que a lance. Nós aqui em Oeiras temos outra posição, não só fazemos renda apoiada, como vamos lançar renda acessível também, recorrendo aos empréstimos a juros bonificados e que não contam para a capacidade de endividamento. Portanto, a vinda deste terreno, vai-nos permitir imediatamente negociar... olhe, dois milhões... bem dois milhões, vamos ver. Foi o preço que nos foi pedido, mas por exemplo, provavelmente dois milhões vão diretamente para a compra daquele terreno e outros idênticos que estejam próximos de infraestruturas ou zonas já infraestruturadas. Obviamente que não vamos agora comprar terrenos em zonas que têm as infraestruturas relativamente afastadas. Mas em áreas que estão integradas e, por exemplo, este terreno que eu estou a falar, está no perímetro urbano do Bairro dos Navegadores, Casal da Choca, Talaíde, portanto, está mesmo ali integrado e, portanto, faz todo o sentido que a Câmara Municipal o compre.-----

-----De maneira que se nós queremos ser coerentes e consistentes, obviamente que a Câmara Municipal deve rentabilizar o seu património, de forma a que se possa multiplicar ou triplicar as possibilidades e eu tive oportunidade de dizer aqui há dias, que a Câmara Municipal comprou, as coisas são o que são, prédios degradados no Centro Histórico de Oeiras, no Dafundo e em Paço de Arcos, há uma dúzia de anos, a duzentos euros/metro quadrado de potencial construtivo e hoje está a mil e seiscentos. Obviamente que a Câmara, não pode fazer habitação social nesses sítios, não pode, faz todo o sentido. Fazemos habitação jovem porque estão comprometidos, mas não vamos comprar a mil e seiscentos euros, para fazer habitação social. Nós vamos comprar, no máximo a duzentos euros, no máximo. E o ideal é comprar a cinquenta/setenta ainda em Reserva Agrícola e depois desclassificar, urbanizar e construir. É assim que deve ser, caso contrário, é uma miragem. Esta ideia de alguns que dizem... é o que dizem na manifestação de sábado, quer dizer, manifestam-se a exigir habitação, mas depois dizem que não se pode



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construir mais habitação. Portanto, isso é uma miragem. Se nós queremos realmente resolver o problema, se nos indignamos com as condições de miséria, realmente de grandes dificuldades em que muitas famílias deste país vivem, nós temos que disponibilizar casas, temos que construir e para as construir, não é fazer meia dúzia de casas aqui e meia dúzia de casas além. Nós temos que ter um programa a dez/quinze/vinte anos e é isso que o Governo neste momento pretende. -----

----- O que o Governo pretende fazer, aliás, como sabem o PRR é muito rápido e tem este objetivo até dois mil e vinte e seis, mas antes disso já o Primeiro Direito... nós já estávamos a negociar com o Governo, antes do PRR, cerca de quinhentas casas, que aliás estavam aprovadas pelo Governo, quinhentas casas no âmbito do Primeiro Direito. Portanto, nós não vamos ficar-nos pelo PRR e porquê? Porque nós estamos seriamente interessados em contribuir para a resolução do problema da habitação neste Concelho. Mas para isso nós temos de disponibilizar habitação nova, porque eu estou farto de dizer que esta coisa de dizer que as casas devolutas, eu reafirmo aqui, não é possível as casas devolutas ficarem disponíveis para as famílias, porque o próprio Governo estabeleceu um limite de renda para as casas, que estando devolutas, podem ser arrendadas. E em Oeiras, por exemplo, um TUm tem que ter uma renda que não pode ultrapassar os quinhentos e cinquenta euros, o TDois não pode ultrapassar os seiscentos e oitenta e o TTrês não pode ultrapassar os oitocentos e qualquer coisa e o TQuatro não pode ultrapassar os mil e duzentos euros, isto em números redondos...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Presidente já terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** concluiu e disse o seguinte: -----

----- “Termino já, muito obrigado. Terminei porque este assunto é tão claro que não há muito mais a dizer. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado António Coimbra (CDU)** referiu o seguinte: -----

----- “São duas perguntas que eu gostaria de fazer ao Executivo e que são as seguintes:-----

-----A afirmação que foi aqui dita de que o que estamos a apreciar é a construção em leito de rio, se isto é uma afirmação que não deve ser levada em conta?-----

-----E o mesmo, o Senhor Presidente acabou por dizer que a Câmara inclina-se em ir comprar um terreno em Talaíde, que não vale nada, porque é considerado um terreno aquífero. A solução então é: tudo o que é classificado aquífera, ou leito de rio, a solução da Câmara é desclassificar e tornar tudo habitável? É a solução preconizada para a Câmara? Pronto, é melhor sermos claros todos relativamente a isto, não é? O que é que a Câmara pensa relativamente às zonas classificadas? Obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado Rui Vieiro (PS) disse o seguinte:-----

-----“O que nós aqui estamos a discutir e eu oiço sempre com muita atenção (e é um prazer) o Senhor Presidente... E o Senhor Presidente há pouco, fez aqui uma referência a uma estatística, que é os dois por cento de aumento, da população de Oeiras. O que nos preocupa, a todos, é que, apesar de o crescimento ser positivo, se nós estamos a ver bem o número, ou seja aquilo que aquele palavrão monstruoso chamado gentrificação, que é um monstro horroroso, que significa que uma parte da população de Oeiras, não tem condições para viver em Oeiras e é expulsa e é substituída por outros segmentos. Eu não posso afirmar, mas tenho a perceção que é isso que acontece em Oeiras. As ditas classes menos favorecidas, classes médias com rendimentos e salários com muitas dificuldades, acabaram por ser expulsas de Oeiras e substituídas, no âmbito dos projetos, nomeadamente os que o Senhor Presidente apresentou numa entrevista que deu, que debaixo da ACinco não há espaço para a construção de casas a custos controlados. Lá está a questão da dicotomia, isso já é antigo, também já tenho mais de cem anos neste Concelho, também sei o que é a diferença (mais de cem anos porque tenho quatro gerações). Portanto, sei perfeitamente o que é também ser expulso do território, mas isso não é relevante. Isso não é relevante e o que é relevante aqui, é se esta fórmula que até agora tem surgindo de transformar os terrenos municipais em outros, em urbanizações como aqui ao lado, para segmentos médios altos, se não estamos a fazer um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

processo de gentrificação, que é afastar os que não têm e substituí-los pelos que têm. -----

----- E, portanto, o Partido Socialista, naturalmente vê com muita preocupação o que é a evolução, aqui e ali sim, sim, mas os dois por cento, quantos é que saíram e quantos entraram e quem são? Isso é possível? E vai-se fazer esse trabalho, mas é essa a nossa preocupação, Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “O Senhor Presidente quer fazer o favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Quero. Senhora Presidente, eu fico estupefacto com esta intervenção do Senhor Deputado do Partido Socialista. Se me der uma câmara liderada pelo Partido Socialista, em qualquer ponto do país, uma única câmara do Partido Socialista que faça habitação pública que Oeiras faz, uma única, eu dou-lhe uma condecoração. Qualquer câmara do Partido Socialista está a milhas de distância de Oeiras. Não há nenhuma câmara em Portugal liderada pelo Partido Socialista, que faça um décimo da habitação pública que nós fazemos. De maneira que, o Senhor arranjou lenha para se queimar. -----

----- O Senhor devia ser o último a expor a situação nos moldes em que expôs e se eu não estou a dizer a verdade, faça o favor de me desmentir e apresente-me factos porque eu apresento-lhos. -----

----- Segundo: o problema da gentrificação também não tem razão, porque como disse, nós temos uma política de habitação jovem justamente para atrair os jovens para os centros históricos e como digo, somos a única Câmara em Portugal, também nesse aspeto, vejam bem e afirmo isto perentoriamente, nem Lisboa, nem Porto, nem Cascais, a única Câmara em Portugal, que nos últimos quinze anos fez habitação jovem chama-se Oeiras. Não há mais nenhuma. Ora bem e esta política traduz-se justamente em recuperar edifícios degradados e trazer os jovens para os centros históricos. Só aqui no Centro de Paço de Arcos, já temos cerca de quarenta famílias, passa das

quarenta famílias jovens. No Centro da Vila de Oeiras, temos vinte e tal jovens, depois temos no Dafundo, temos em Carnaxide, temos em Porto Salvo, um pouco por todo o lado. -----

-----Obviamente que é o mercado que se auto regula. Só há uma forma de intervir no mercado, é aquilo que eu estou farto de dizer ao Governo e que o Governo está a fazer timidamente, que é a tal habitação pública, não podemos ter só habitação pública decorrente do PRR, tem que ir mais longe e eu estou convencido que o Governo há de ir lá, eu acho que vai lá chegar, com o Primeiro Direito e com o PRR. O PRR tem muitos constrangimentos, não é fácil às câmaras municipais que não tenham experiência cumprir este programa, não é fácil, mas pronto, acho que todos estão a tentar e eu sei de várias câmaras que estão a tentar. -----

-----Agora o problema do “papão” da Reserva Agrícola, da Reserva Ecológica, etc. Esta coisa de porem na boca do Presidente da Câmara, aquilo que ele nunca disse, eu quero dizer, eu sou um defensor quer da Reserva Ecológica, quer da Reserva Agrícola... (por mim se se engasgar, engasgue-se à vontade, mas por alguma coisa que o justifique, agora só por aquilo que eu estou a dizer, está a dar-me importância demais), portanto, é verdade... (ou então Carcavelos) a Reserva Ecológica, naturalmente, que é fundamental. A Reserva Agrícola a mesma coisa, mas atenção, se for necessário e eu acho que é necessário para resolvermos os problemas de habitação neste Concelho, desafetar Reserva Agrícola, eu não tenho nenhum problema - desafete-se Reserva Agrícola. Se nós queremos resolver o problema, e estranho muito que o Partido Comunista não esteja ao lado dos pobres. Se o Partido Comunista diz: “Não. Eu quero casas para os pobres, mas ali na Marginal, onde se vendem a dez mil euros/metro quadrado”. Bom, não está a querer casas para pobres nenhuns, não quer casas para ninguém. Se queremos casas para famílias carenciadas, elas têm que ser construídas a preço acessível. É a razão porque nós precisamos de entrar na Reserva Agrícola. -----

-----O caso que eu falei agora, do tal que é aquífero, tem uma razão muito particular, é que, na realidade e isso há de vir ao de cima em breve, porque a Câmara Municipal, vai pedir a Revisão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Reserva Ecológica Nacional, aqui no nosso Concelho, porque ela foi feita a régua e esquadro e hoje já temos peritos absolutamente insuspeitos, que a Senhora Deputada Mónica (EO) nem sonha, nem sonha, absolutamente insuspeitos a dizerem exatamente o que eu estou a dizer, que a Reserva Ecológica em Oeiras está mal aplicada. Não foi estudada como devia ser, foi a régua e esquadro e, portanto, tem muitas anomalias, porque foi feita à pressa. Foi quase imposta, o algoritmo enganou-se, é uma chatice. Há um algoritmo bom, que uma universidade inglesa descobriu há tempos, que era para descobrir água no deserto, na Arábia Saudita e não é que descobre petróleo também. É uma coisa extraordinária. Eles fazem o voo e detetam água, mas o mesmo algoritmo, se houver petróleo, deteta também.-----

----- Bom, aqui não, quer dizer aqui puseram a régua e o esquadro em cima e toca a andar. Portanto, Senhor Deputado Coimbra (CDU), a Câmara Municipal, o Presidente da Câmara e esta Assembleia, naturalmente nós não queremos assim à “trouxe-mouxe”, entrar na Reserva Agrícola. Tudo tem que ser bem justificado e eu estou convencido que o meu amigo, o Senhor Deputado, está mais de acordo que ali no Ribatejo, o tomate, a cenoura, a alface se produz com muito mais qualidade do que aqui, na Outurela ou em Barcarena ou em Porto Salvo... pois exatamente, mas nem trigo. Portanto, não exagerem, não tomem a parte pelo todo. O que eu digo é: vamos ponderar, ver quantas casas é que fizemos e era isso que eu acho que devia ser feito a nível nacional. Este programa que o Governo apresentou, por exemplo, mesmo no PRR vinte e tal mil casas, era importante que se dissesse, onde é que essas casas fazem mais falta. Vinte mil, muito bem, quantas são na Área Metropolitana do Porto, quantas é que são na Área Metropolitana de Lisboa e dentro da Área Metropolitana de Lisboa estarão de acordo, com certeza, que fazem mais falta em Almada, que foi liderada até há bem pouco tempo pelo Partido Comunista e que deixou lá milhares de barracas, milhares de famílias a viver em barracas. Estão a ver, o que eles se preocupam aqui em Oeiras, têm esta preocupação, não entra lá na Reserva Agrícola, em Almada governaram durante trinta e tal anos e deixaram lá milhares de barracas. Bem, Almada? Se formos aqui à Amadora,

liderada pelos comunistas, não sei quantos anos e a herança que deixaram aos socialistas também, neste momento, ainda há lá cinco ou seis mil barracas. -----

-----Esta é a herança do Partido Comunista, que durante anos, durante décadas, não fez nada. Lideraram as câmaras municipais na Área Metropolitana, mas de facto, a política que eles tinham, e eu estou à vontade para o dizer, porque os conhecia a todos e o que eles diziam era: “Não, o Governo que faça, isto não é competência da câmara municipal”. Aliás, nesse aspeto a coerência habitual do Partido Comunista não mudou, porque os autarcas do Partido Comunista continuam a dizer que este problema da habitação é um problema do Governo, o Governo que faça e não as câmaras municipais. O IRHU que faça, as câmaras municipais não. -----

-----Ora bem, a nossa política é diferente, de maneira que Senhor Deputado, o Senhor está num Concelho diferente dos outros. Nós não temos barracas neste momento e não queremos mais barracas e para não termos mais barracas, nós temos de ter oferta de casas para as famílias mais necessitadas. Mas agora o problema agravou-se, porque a crise social está aí, basta ver as notícias todos os dias de amortizações ao banco, que eram de trezentos euros e de repente as famílias têm que pagar seiscentos, o dobro, mas o ordenado não aumenta da mesma maneira. Como é que as pessoas vão fazer? Portanto, tem que haver casas e acho que Oeiras tem todas as condições para sermos, mais uma vez, um exemplo e é isso que procuramos ser. Portanto, não queremos entrar pela Reserva Agrícola toda, pela Reserva Ecológica, não, só queremos aquilo que é estritamente necessário...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. Peço-lhe que seja breve.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção: -----

-----“É só um momentinho. Ah e já agora só uma notazinha, uma lembrança. -----

-----Sabe que eu às vezes tenho algum cuidado, porque também não quero ofender os meus colegas presidentes de câmara que têm uma determinada situação, mas eu quero dizer que ainda



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ontem ou anteontem, ouvi o Presidente da Câmara de Sintra, dizer que não vai fazer casas. Como veem, enquanto que nós aqui em Oeiras, pelos vistos estamos todos de acordo, só que uns querem mesmo que se façam, outros só dizem que é bom fazer, mas quando toca a altura de dizer: “vamos fazer”, “não, aí estamos contra”. Bom, vamos fazer um leilão? “Aí é reserva ecológica”. Vamos fazer além. “Ali é agrícola”. Vamos fazer além. “Não porque viola o artigo não sei o quê”. Vamos fazer ali não sei o quê. “É melhor um jardim”. Quer dizer e, portanto, nunca estão de acordo com o sítio onde elas se fazem. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

### 4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido Social Democrata (Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (António Fazenda Coimbra e Aníbal José Gonçalves Guerreiro) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana

Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), uma do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 48/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 220/2023 – DP – ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE UM PRÉDIO SITO EM PAÇO DE ARCOS, EX-CNP – ALTERAÇÃO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 440/2022, DE 25 DE MAIO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e vinte barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de março, e deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, autorizar a realização da hasta pública do bem imóvel, sito em Paço de Arcos, sendo o valor base de venda/licitação de doze milhões, quatrocentos e trinta mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.5.1.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:**

----- “O PAN votará sempre contra construções em terrenos REN ou RAN em leito de cheia ou em riscos de inundação. Obrigada.” -----

**4.5.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----**

----- “A solução que o Senhor Presidente da Câmara defende não é nem equilibrada, nem socialmente justa. É uma opção política, suportada numa falácia, porque não consigna o valor da venda dos terrenos municipais, localizados no litoral do concelho, à construção de habitação pública, e não resolve o problema da habitação. O Senhor Presidente diz que quer rentabilizar o património municipal da forma mais útil aos cidadãos de Oeiras, mas, na prática, não consigna à partida os doze milhões da venda deste imóvel para a construção de habitação pública, tal como não o fez em casos anteriores, como o da alienação do terreno do Espargal por catorze milhões, e no caminho ainda promove a rarefação do fator limitante no Concelho: o terreno. O que o Senhor Presidente faz é agir como um agente da especulação imobiliária, já o dissemos, mas não é demais repetir, e isso induz aumento dos preços, e, também, agrava as desigualdades sociais no concelho. A sua lógica traduz-se na expulsão dos cidadãos mais pobres para terrenos no interior do concelho, longe dos serviços e mal servidos de transportes públicos, para terrenos classificados como Reserva Agrícola Nacional - RAN, ou mesmo Reserva Ecológica Nacional - REN, que o Sr. Presidente diz que vai comprar a preços módicos, por não se poder ali construir, desafetando-os depois para construir. Quem embolsará as mais-valias dessas operações de reclassificação dos solos? Sabemos bem o que a desafetação de RAN ou REN significa em termos de valorização automática dos terrenos em causa. Além disso, se optar por construir em solos de REN, estará a colocar prédios de habitação em zonas de risco, expondo pessoas desfavorecidas ao risco de cheias

e/ou derrocadas, se insistir em construir em REN, por exemplo em leito de cheia ou em vertentes. Ao mesmo tempo, que reserva para os segmentos alto e de luxo, para escritórios e para a hotelaria, os terrenos localizados no litoral do concelho. Teremos assim e cada vez mais um concelho territorialmente desequilibrado, com os mais pobres a serem expulsos da orla costeira. -----

-----Perante a crise de acesso a habitação a custos comportáveis, por mais que nos queira fazer crer na bondade desta sua insistência, consideramos irracional e lesivo do interesse público o Município alienar terrenos onde se permite autorizar a construção de apartamentos de luxo, aparthotéis, em vez de os aproveitar para construir habitação pública. Se, e sublinhamos o “se”, os terrenos da ex-CNP são aptos para construção de aparthotéis, então não se compreende porque não constrói ali habitação pública em vez de alienar esse património.” -----

## **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

### **5.1. A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Meus caros colegas, desculpem, volto a dizer o mesmo, há uma pessoa inscrita no Público, agradeço-lhes que se mantenham nos vossos lugares.” -----

### **5.2. O Senhor João Paulo Saraiva, Técnico de Proteção Civil, fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Boa tarde a todas e a todos, estou aqui a intervir a título pessoal. -----

-----O texto que se segue é do conhecimento de todos, certamente, quase sem exceção...”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

-----“Peço que se mantenham nos vossos lugares por respeito para com o munícipe que vem falar nesta Assembleia. Portanto, a reunião ainda não terminou. Agradeço que não saiam dos vossos lugares e que não se ausentem da sala.” -----

-----O **Senhor João Paulo Saraiva, Técnico de Proteção Civil**, continuou a sua intervenção: -----

-----“Recomeço. Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----O texto que se segue é certamente do conhecimento de todos, sem exceção e é retirado





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das páginas trinta e oito e trinta e nove do “Manifesto Eleitoral” do INOV para dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco. -----

### ----- PROTEÇÃO CIVIL -----

#### ----- Plano Municipal de Emergência-----

----- Pretendemos dinamizar ainda mais a função preventiva e de planeamento da Proteção Civil Municipal e aumentar a sua eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados, aumentando a qualidade do exercício da função de proteção e socorro, a segurança e bem-estar e a satisfação dos munícipes através de: Reforço da equipa com meios humanos especializados capazes de criar um serviço de excelência e de proximidade ao Município, desenvolvendo um sentimento geral de participação cívica coletiva. Reforço da equipa. Atualização, monitorização e divulgação do Plano Municipal de Emergência em Proteção Civil, assim como, de outros Planos.”

----- A questão é: Quando atualiza o plano municipal e para quando estes “outros planos” a que se refere e que devem ser os Planos Locais de Emergência da responsabilidade das juntas de freguesia?-----

#### ----- Unidades Locais de Proteção Civil-----

----- Reforçar o papel das unidades locais de Proteção Civil em parceria com as juntas de freguesias, efetuando a monitorização das vulnerabilidades locais, promovendo ações de sensibilização e informação, no sentido de prevenir e reduzir a propensão ao risco, assim como otimizar e agilizar as ocorrências, no âmbito das medidas constantes do Plano Municipal de Proteção Civil.”-----

----- A questão é: Como é que se reforça algo que não está criado, algo que não existe? ---

#### ----- Ações de sensibilização-----

----- Reforçar o Plano de ações de sensibilização nos estabelecimentos de ensino, assim como medidas de autoproteção, e ainda nos estabelecimentos comerciais.”-----

----- A questão é: Como se reforça algo que não existe, não é feito e, quantas ações de

sensibilização sobre cheias, derrocadas, tsunamis, tornados, atirador ativo, terrorismo e outros foram feitas? Zero.-----

-----Estações hidrométricas -----

-----Instalar estações hidrométricas com vista à difusão imediata de dados relativos a caudais das ribeiras, no sentido de se tomarem as medidas preventivas, sempre que necessário, evitando e atenuando os respetivos riscos.”-----

-----Porque não estavam estas medidas implementadas em dezembro de dois mil e vinte e dois? Quais as consequências? Para quando, Senhor Presidente?...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Desculpe, mas não precisa de levantar a voz. Há um limiar auditivo acima do qual nós deixamos de entender.”-----

-----O **Senhor João Paulo Saraiva, Técnico de Proteção Civil**, continuou a sua intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, eu tenho uma deficiência auditiva, com uma incapacidade de sessenta e quatro por cento, vou tentar moderar.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor mantenha a voz de modo a que seja audível.”-----

-----O **Senhor João Paulo Saraiva, Técnico de Proteção Civil**, continuou a sua intervenção:-----

-----“Com certeza.-----

-----Portal da Proteção Civil -----

-----Criar o portal da Proteção Civil e implementar uma ferramenta de gestão de ocorrências, dotando os municípios de informação, em tempo real, relativa a condições meteorológicas, acidentes, quedas de árvores, condicionamentos vários, derrocadas e demais situações que ponham em perigo a população, bem como obter esclarecimentos de matérias do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

âmbito da Proteção Civil." -----  
----- Onde está este portal da Proteção Civil do Concelho de Oeiras, qual é o endereço dele, Senhor Presidente? -----  
----- Prémio de voluntariado Oeiras Valley -----  
----- Atribuir o Prémio de Voluntariado Oeiras Valley, atribuído a oeirenses de prestígio que se destacaram ao longo do tempo, com atos altruísticos/ heroicos ou em nome do conceito de cidadania." -----  
----- Quem até então foi premiado? E quais os critérios? -----  
----- Centro de Formação de Proteção Civil e Emergência -----  
----- Criação de um Centro de Formação de Proteção Civil e Emergência, designadamente através de infraestruturas de treino em cenários de crise e emergência, a utilizar pelos diversos agentes de proteção civil." Os senhores só retiraram aqui do texto original do autor "os voluntários de Proteção Civil". -----  
----- Onde se situa este centro? Quantas ações realizou? Como podem os cidadãos inscrever-se? -----  
----- Aulas de socorrismo e noções básicas de autoproteção -----  
----- Fala aqui também de efetuar aulas de socorrismo e noções básicas de autoproteção em parceria com as escolas do Concelho, dotando os munícipes de formação adequada em matéria de sobrevivência. -----  
----- Quantos alunos foram formados em toda esta latitude de conhecimentos? -----  
----- Senhor Presidente, sabe de onde saíram noventa por cento destas propostas para o seu manifesto eleitoral? Eu vou-lhe dizer. Se olhar bem para mim, encontra o autor destes textos onde aparentemente membros da sua equipa de campanha plagiaram e deturpam esta informação e, é precisamente por isso que nada está feito, os Senhores não sabem sequer por onde começar, mas são um exemplo na "arte" do plágio rasca. Parabéns! -----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Vereadora da Proteção Civil, se é a isto que Vossas Excelências chamam de “Inovar Oeiras”, deixo-vos, a título pessoal, um apelo, vão para casa, e deixem Oeiras evoluir, porque de pseudo inovações estão os cemitérios cheios. Mas todos sabemos que não vão, não vão para casa e que aquilo que na realidade vos move está longe de ser o superior interesse público. Muito obrigado. Disse.”-----

**6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:** -----

-----“Boa tarde a todos. Termino esta nossa reunião, não sei se alguém tem alguma coisa a dizer? Não havendo intervenções, basta desejar-vos uma boa noite, até à próxima reunião e uma boa Páscoa.”-----

**7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quinze minutos.

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

